

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Juliana Ried

**CONFIGURAÇÕES FAMILIARES CONTEMPORÂNEAS:
SIGNIFICAÇÕES DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS
MASCULINAS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Psicologia.
Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Juracy Filgueiras Toneli

Florianópolis
2011

Catálogo na fonte elaborada pela biblioteca da
Universidade Federal de Santa Catarina

R551c Ried, Juliana
Configurações familiares contemporâneas [dissertação] :
significações de famílias monoparentais masculinas /
Juliana Ried ; orientadora, Maria Juracy Filgueiras
Toneli. - Florianópolis, SC, 2011.
91 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui referências

1. Psicologia. 2. Família. 3. Paternidade. 4. Pai
e filhos. I. Toneli, Maria Juracy Filgueiras. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação
em Psicologia. III. Título.

CDU 159.9

Juliana Ried

**CONFIGURAÇÕES FAMILIARES CONTEMPORÂNEAS:
SIGNIFICAÇÕES DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS
MASCULINAS**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Florianópolis, agosto de 2011

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Aparecida Crepaldi
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Juracy Filgueiras Toneli
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^ª Dr^ª Karla Galvão Adrião
Departamento de Psicologia, UFPE

Prof^ª Dr^ª Mara Coelho de Souza Lago
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^ª Dr^ª Mériti de Souza
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr Leandro Castro Oltramari (Suplente)
Universidade Federal de Santa Catarina

Aos homens/pais que vivenciam à
monoparentalidade.

AGRADECIMENTOS

É chegado o momento da concretização de mais uma etapa em minha vida e de agradecer as pessoas importantes que fizeram parte dessa trajetória. Muitos foram os aprendizados somados, em meio às pedras do caminho. E é com muita estima e satisfação que agradeço a todos/as que contribuíram direta ou indiretamente, na trajetória do mestrado. Certamente, uma etapa de minha vida que ultrapassou a intelectualidade, e trouxe também, amizades queridas que tornaram essa caminhada mais prazerosa. Agradeço a todos os gestos, palavras e a toda força que me foram incentivo e aconchego nos momentos de incerteza.

Ao incentivo e apoio de meus pais, que nos momentos mais importantes de minha vida, ainda que de longe, sempre estão muito perto com seu amor incondicional e parceria. À minha mãe por sempre me encorajar aos desafios que me proponho e por ser uma das maiores incentivadoras. Ao meu pai por ensinar-me que quando as dificuldades parecem intransponíveis, ainda assim é possível soluções quando nos aliamos ao saber e aproveitamos as oportunidades. Meu especial obrigada a vocês!

À minha querida irmã Mariana, que com suas palavras firmes e de ternura foi meu alento e minha graça.

À minha família que sempre acredita no meu melhor, em especial ao apoio de meus avós, Vô Rides e Vó Irma, Vó Helga e Vô Chito, tia Lisa, e da tia Mi e Iva pela consultoria lingüística “really good”, além da torcida declarada de meus tios e tias.

Ao querido Gustavo, o companheiro que escolhi, que na reta final dessa trajetória adentrou a minha vida com amor e verdade... verdade que se vê “se todos fossem no mundo iguais a você”.

Às minhas amigas pelos momentos de incentivo e boas conversas, pelos “encontrinhos”, e-mails e cafés: Thaís, Thalita, Francieli, Ana, Elisa, Joanna, Kellen, Laís, Marcela, Lila, Fernanda, Sandra, Andrezza, Sheila, Mariani, entre tantas outras pessoas queridas.

Às “meninas do ap.” Nádia e Cláudia, pelo convívio e amizade.

Às amigas dos projetos paralelos em que me envolvi, à equipe do Instituto Movimento, em especial à Angela Sand, pelos momentos de apoio e compreensão, a minha turma de formação.

Aos amig@s e parceir@s margean@s, aos que já seguiram novos rumos e aos que estão “bombando” o Margens, Arthur, Alex, Fernando, Lisandra, Gaby, Marília, Dani, Karla, Talita, meu carinho e gratidão pelos aprendizados, pelos risos, pelo amadurecimento desses seis anos

de Núcleo Margens, ao qual devo as conquistas e os frutos que já comecei a colher!

Às amigadas da turma de mestrado, à Fabíola pelas ótimas conversas e parceria.

À Luciana Boeing e Angela Tozini pelos contatos indicados.

Ao CRP-12, em especial à diretoria e gerência, pelo apoio na reta final.

Aos professores/as da área 2 e à equipe da secretaria da pós-graduação.

Às professoras Mériti e Carmen Susana pelas contribuições na qualificação do projeto.

À Banca por oportunizar o aprimoramento da pesquisa com suas contribuições.

Aos participantes da pesquisa, que com solicitude compartilharam suas histórias e possibilitaram a riqueza e satisfação na realização deste trabalho.

Meu especial obrigada à Juracy, a querida Jura, pessoa que admiro e que me inspira a ser uma profissional competente e afetiva com aqueles que me cercam. Meu carinho e gratidão a você sempre tão generosa e sincera. Obrigada pelas oportunidades e pela credibilidade em meu trabalho.

À CAPES pelo investimento à produção de conhecimento, através da bolsa concedida.

Muito obrigada!

O indivíduo que se põe a escrever um texto no horizonte do qual paira uma obra possível retoma por sua conta a função do autor: aquilo que ele escreve e o que não escreve, aquilo que desenha, mesmo a título de rascunho provisório, como esboço da obra, e o que deixa, vai cair como conversas cotidianas.

MICHEL FOUCAULT (2001)

Nós só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que “homem” e “mulher” são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quanto parecem estar fixadas, ainda contém dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas.

JOAN SCOTT (1995)

A história que não é estrutura, mas vir a ser; que não é simultaneidade, mas sucessão; que não é sistema, mas prática; que não é forma, mas esforço incessante de uma consciência retomando a si mesma e tentando se ressarcir até o mais profundo de suas condições; a história que não é descontinuidade, mas longa paciência ininterrupta.

MICHEL FOUCAULT (2005)

RESUMO

Em meio às possíveis configurações de família na contemporaneidade, neste estudo trago à cena a família monoparental masculina. Problematizo a realidade de pais homens que vivem com seus filhos, sem cônjuge e que caracterizam a crescente monoparentalidade, conforme os dados do IBGE. Visto a ênfase dos estudos verificados em bases de dados sobre famílias monoparentais, e interessada em investigar a realidade de pais que vivenciam esta configuração, lancei-me ao objetivo de verificar as significações atribuídas por quatro pais de camadas médias as suas famílias monoparentais, seus aspectos e vicissitudes. A partir do conjunto de enunciados destes pais, capturados por meio de entrevistas semi-estruturadas, desenvolvi a análise da pesquisa, inspirada na *análise do discurso* de Michel Foucault e balizada pelas teorias feministas e de gênero. Através de trechos selecionados, pais monoparentais explicitaram a relação de verdade representada pelo modelo tradicional de família como ideal. Por melhor que possa lhes parecer viver/ter a guarda de seus filhos/as, verdades consolidadas por gerações estabelecem relações de poder no exercício de suas vidas. Todavia, estes pais do *tempo presente* estabelecem relações horizontais com seus filhos, além de serem participativos e comprometidos. Expressaram em suas falas os prazeres e enfrentamentos relativos a esta configuração de família, além do esforço e desejo de cuidar com qualidade suprindo o fazer de pai e também o que caberia à mãe. Ainda que no campo das ciências sociais e humanas, em especial na área da psicologia, o estudo sobre família(s) floresça desde longa data, a questão da diversidade e das possibilidades outras de se viver em família se fazem mais evidentes. O modelo posto e normatizado do que se espera ser família é colocado em xeque pela pluralidade de famílias e possibilidades de parentalidade, demandando novas discussões para os possíveis modos de vida em família.

Palavras-chave: família monoparental masculina, enunciados, contemporaneidade

ABSTRACT

Among the possible configurations of family in contemporaneity, this study brings the scene single-parent male families. I discuss the reality of men fathers that live with their children, without a partner and that characterize the increasing single parenthood, according to data from IBGE. Through the emphasis of the studies verified in databases about single- parents, and of the interest in investigating the reality of fathers that live this configuration, I put on myself the objective to verify the meaning assigned by four fathers of middle-class for their single parent, their aspects and eventualities. From the talks of these parents, captured by semi-structured interviews, was developed the research analysis, inspired by discourse of Michel Foucault and guided by feminist and gender theories. Through of selected excerpts the single parents, they explicated the relationship of truth represented by the traditional model of family as ideal. As good as it seems to them to live/ have custody of their children the truths consolidated for generations establish relations of power in the exercise of their lives. However, these parents of the present time establish horizontal relationships with their children, as well as they are participative and committed. Expressed in their talks the pleasures and confrontations about this family's configuration, as well as the effort and desire to provide quality care for the supply of shares of the father and the mother could do. Although the field of social sciences and humanities, especially in the field of psychology, the study about family(s) it flourishes a long time, the question of diversity and the other possibilities of live in family has become more evident. The model in this study and standardized on what is expected to be family is in check by the plurality of families and possibilities of parenthood, demanding further discussion of possible modes of family life.

Keywords: Single-parent male families, statements, contemporaneity

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – FAMÍLIA(S) E MONOPARENTALIDADE	17
1.1. PERCORRENDO CAMINHOS	17
1.2. FAMÍLIA, HISTÓRIA E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO	21
1.3. A MONOPARENTALIDADE EM QUESTÃO	27
CAPÍTULO 02 – CONSTITUIÇÃO DOS DOMÍNIOS DE SABER/PODER.....	37
2.1. TEMPORALIDADE, FAMÍLIA(S) E SUBJETIVIDADE	37
2.2. PROBLEMATIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS .	42
CAPÍTULO 3 – CONSTITUIÇÃO DO CAMPO E ACESSO ÀS VERDADES.....	49
3.1. DIREÇÕES PARA CHEGAR AOS ENUNCIADOS DA PESQUISA.....	50
3.2. ANÁLISE E COMPREENSÃO DOS ENUNCIADOS.....	52
CAPÍTULO 4 – PRÁTICAS E SIGNIFICAÇÕES DE SER PAI NA MONOPARENTALIDADE.....	53
4.1. <i>DITOS</i> E <i>NÃO DITOS</i> DE “PÃES”	53
4.2. DISCURSOS E INTERDITOS - NORMA E GÊNERO	57
4.3. MODOS DE SER E FAZER O COTIDIANO COM OS FILHOS/AS.....	66
REFLEXÕES QUE <i>CIRCULAM</i> E OUTRAS QUE HÃO (DE)VIR	73
APÊNDICE A	87
APÊNDICE B	89
ANEXO I.....	91

CAPÍTULO 1 – FAMÍLIA(S) E MONOPARENTALIDADE

1.1. PERCORRENDO CAMINHOS

Minha trajetória pelos caminhos da pesquisa em ciências humanas e estudos de gênero iniciou muito antes de ser cogitada a presente pesquisa. Pois, foi em 2005, quando ingressei no Núcleo Margens – Modos de Vida, Família e Relações de Gênero, sendo esta uma linha de pesquisa do departamento de psicologia, que me lancei aos desafios de construir e problematizar conhecimentos através da pesquisa científica.

Quando enveredamos pelos caminhos da pesquisa, nem sempre é claro por onde iremos percorrer, tampouco quais impasses surgirão e poderão nos direcionar a novos rumos e ideias. A escolha pelo tema de pesquisa implica além do comprometimento ético – profissional, reflexões acerca de nossas volições. Foi primeiramente intrigada com as rupturas acerca dos modos de ser e viver na *contemporaneidade*, que situei o olhar neste *locus* temporal para pensar nas configurações familiares deste tempo presente. Configurações outras, que se explicitam e rompem com o modelo da tradicional família burguesa. Embora, famílias diferentes sempre tenham havido, neste momento histórico outros modos de ser e viver em família se enunciam visíveis, vivíveis e passíveis de maior compreensão, se comparado com um passado não muito distante, balizado por sistemas repressores severamente questionados.

Embora pensar em família(s) não seja algo novo nos campos acadêmico e profissional na área da Psicologia, se temos em conta que desde o nascimento estamos inseridos em uma suposta organização familiar¹, tal organização é questionável, ao pensar que nem o tradicional modelo de família burguesa garante a organização da família, tampouco, um modelo outro, que não possa ser família. Afinal, sempre houve outros modos de se organizar e viver em família, ainda que não fossem legitimados como tal. Compartilho da visão de CARDOSO Jr (2005) balizada pela perspectiva foucaultiana de que *os modos pelos quais nos tornamos sujeitos, os modos de subjetivação, aparecem e se desenvolvem historicamente como práticas de si*. (p.2) Este processo de subjetivação vigora dentro de práticas discursivas (saberes) e práticas de poder que testemunham pela descontinuidade de suas formas históricas. (FOUCAULT, 1998). De modo que, a constituição do sujeito moral se dá a partir dos processos de subjetivação, implicados com o modo como o

¹ Organização familiar – compreendida neste trabalho como uma instituição que compõe um modo de funcionar e se organizar no âmbito da família e do convívio.

sujeito percebe a si mesmo na relação sujeito-objeto, sujeito moral como aquele que se submete a um conjunto de leis que orientam condutas e práticas de si. (FOUCAULT, 1998, p.29) Para Foucault o sujeito se constitui ao mesmo tempo como objeto e sujeito de conhecimento, e é a partir das ciências humanas através das práticas discursivas que o *sujeito que fala, trabalha e vive* (FOUCAULT, 2004a, p.236), bem como se torna objeto de investigação e de discursos.

Os modos pelos quais os discursos podem ou não se tornar verdadeiros de acordo com as circunstâncias em que são ditos, assim como, a maneira pela qual um determinado tipo de objeto se relaciona com o sujeito, são compreendidos como jogos de verdade. Para Foucault os jogos de verdade se relacionam pelos processos complementares de objetivação e subjetivação, [...] *os processos de subjetivação e de objetivação que fazem com que o sujeito possa se tornar, na qualidade de sujeito, objeto de conhecimento.* (FOUCAULT, 2004a, p. 236)

Sob esta perspectiva, inspirada nos escritos de Foucault, que se volta para os discursos em que o próprio sujeito é colocado como objeto de saber possível, o foco da pesquisa se situa às voltas da produção dos enunciados de pais/homens que vivenciam a monoparentalidade. Trata-se de tentar compreender as famílias como espaço de discursos e diferentes modos de subjetivação. No intuito de contribuir com alguns dos aspectos que enredam a monoparentalidade masculina, o objetivo desta pesquisa é *compreender as significações atribuídas por pais (homens) às vivências cotidianas engendradas nos cuidados afetivos, domésticos e educacionais em contextos monoparentais.*

É a partir da trama das relações familiares e dos enunciados nelas produzidos, suas vicissitudes e singularidades que recai o interesse desta pesquisa ao investigar famílias monoparentais masculinas, em que o pai coabita com seus filhos/filhas, sem cônjuge. A escolha desta delimitação de família provém da reflexão e constatação de que essa configuração assim como algumas outras, estão à margem da norma familiar, se compreendida a noção de família balizada pelo tradicional modelo burguês. Outro ponto que incita questionamentos é o fato de pais/homens representarem um número reduzido na monoparentalidade. A que isto se deve? A uma norma sexista que denota à mãe dotes essencialistas de cuidadora? Ao fato de pais serem despotencializados deste lugar de cuidado e que a eles continue cabendo o prover de seus filhos/as? Ainda que tais questionamentos denotem a dicotomia que se consolidou no transcorrer da história da sociedade ocidental, outras problematizações podem ser pensadas, uma vez que muitos pais/homens requerem a guarda de seus filhos, ou desejam adotar. Nessa direção, da parentalidade por

parte dos homens, embora os pais monoparentais participantes da pesquisa sejam heterossexuais, convém mencionar que há pais homossexuais que desejam vivenciar a paternidade. Por exemplo, a adoção por casais homoafetivos, sendo uma possibilidade de família que vem ganhando visibilidade.

Dentre as situações que se evidenciam no tocante a guarda de filhos e adoção por parte dos homens, estes se deparam com um monitoramento mais rigoroso. Rigor este que questiona, muitas vezes, a intenção deste pai ao requerer a guarda. O que incita pensar no estigma que recai ao homem, como sendo aquele que pode ser uma ameaça se fizer uso da violência, por exemplo. Ou, como aquele que pode deixar os cuidados a desejar. Todavia, será que mães também não o fazem? Há diversos aspectos a serem explorados acerca da família monoparental masculina. Não pretendo esgotá-los com esta pesquisa, mas com certeza torná-la mais visível e passível de maior compreensão social.

Ao eleger este arranjo familiar como objeto-tema de pesquisa, lanço o olhar para o que extrapola o modelo tradicional de família. Busco vislumbrar o homem/pai cuidador como sujeito que se enuncia além provedor de família, de modo a problematizar as questões de gênero no tocante às funções de pai, de mãe, de ambos, conforme as expectativas construídas em nossa sociedade. Intenta-se desmistificar visões essencialistas, visto as escolhas possíveis de se fazer e exercer a parentalidade, independente do sexo/gênero. Estas e outras questões buscaram ser problematizadas e contempladas junto aos participantes da pesquisa, assim atendendo aos objetivos específicos traçados: *investigar as situações de cuidado exercidas por pais/homens engendradas na/pela rotina da família monoparental; verificar a participação (ou não) de redes de apoio e de outras mulheres no funcionamento cotidiano no contexto da monoparentalidade masculina; e investigar as significações de família no contexto da monoparentalidade masculina.* O campo de pesquisa mostrou-se extretamente rico de modo que os objetivos foram superados por aspectos outros que inicialmente nem haviam sido cogitados, como, por exemplo, o fato da vida afetivo-amorosa ficar em segundo plano, em prol da priorização dos filhos, ainda que haja o desejo de se ter alguém.

A monoparentalidade é uma configuração crescente, sendo principalmente representada por mulheres que chefiam seus lares, muito embora, ainda que em menor expressividade numérica, também o seja por homens que somam à responsabilidade de prover o lar, os cuidados com os filhos/as, com os/as quais convivem intensamente. Convém salientar

que há outras configurações ou arranjos familiares que ganham força no momento atual e que (re)configuram a “instituição” família na contemporaneidade, entretanto não serão contemplados neste trabalho.

No que diz respeito às configurações familiares contemporâneas, a heteronormatividade que rege a nossa sociedade, bem como a prática e a constituição de famílias de homens e mulheres, é questionável. No entanto, é cada vez mais freqüente a configuração de famílias não-normativas ou não hegemônicas. Nesta direção, ao trazer à cena famílias monoparentais em que os pais homens vivem com os filhos, assumindo a responsabilidade e os cuidados por estes, sem ter cônjuge, em certa medida significa romper com a norma representada pelo binarismo: homem-pai-provedor x mulher-mãe-cuidadora. Uma equação possível de se verificar seria homem-pai-cuidador-provedor, todavia, se faz necessário a desconstrução de condutas e moralidades vigentes, que se perpetuam no respaldo de uma norma generificada. Ir além do suposto modelo ideal parece um desafio a se transpor, bem como tornar viável a equiparação entre os gêneros, uma vez que mulheres-mães também assumem cada vez mais as chefias dos lares, assim sendo, cuidadoras e provedoras. Segundo Le Gall (2008) alguns sociólogos destacam vantagens com as mudanças na família, como, menos hierarquização das famílias, relações homens/mulheres mais igualitárias, relações pais/filhos menos autoritárias, modelos familiares diversificados.

No momento presente, homens e mulheres cuidam de filhos/as e trabalham, o que indica a necessidade de reposicionamentos com relação ao que era normatizado anteriormente. As novas tecnologias reprodutivas também fazem parte desse cenário de desestabilização das maternidades e das paternidades. De modo que o próprio contexto sócio-cultural e econômico engendra a (re)construção de configurações familiares em um cenário que por muitos era compreendido como destino biológico, aquilo que corresponderia ao fazer de homens ou ao fazer de mulheres, destino correlato ao gênero.

1.2. FAMÍLIA, HISTÓRIA E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO

Compreendo que as relações familiares são balizadas pela norma instituída no/pelo social e estão reciprocamente imbricadas com a constituição do sujeito. Na perspectiva de Foucault, a qual inspira e fundamenta a epistemologia desta pesquisa, compreende-se que o sujeito se constitui nos/pelos discursos através de modos de subjetivação, atravessado pelas relações de poder e saber.

As possibilidades de atuação no cenário familiar do sujeito se ampliam ou são inibidas, ainda que temporariamente, de acordo com o contexto sócio-econômico, cultural e afetivo. Todavia, o seu posicionamento se implica nas tensões suscitadas nas/pelas relações de poder, bem como, seus atravessamentos. É na dimensão do público e do privado que as famílias se constituem e instituem modos de ser e viver. A diversidade destes modos contribuem com os (re)arranjos familiares deste tempo presente. Foi no transcorrer da história, no século XIX que a família ganhou o espaço do privado, no entanto, sempre sob regimento da norma e das enunciações, uma vez que estamos inseridos em um sistema que capilariza facetas de controle e que, por sua vez, é atravessado por lutas e exercícios de poder que circundam a imposição de sentidos, a legitimação e a contestação de verdades. (FOUCAULT, 1992)

Estamos demasiado capturados e vigiados pelos regulamentos e normas que regem a sociedade e seu funcionamento, em que somos sujeitados por relações de saber e poder, sendo objetos e sujeitos de conhecimento, com práticas que se orientam pelas leis normatizadas. O anseio por indivíduos autônomos nunca de fato é realizável, já que somos todos produtos do poder da norma e também porque as famílias nessa concepção funcionam a partir de uma organização hierárquica do ponto de vista geracional e de gênero. A própria etimologia da palavra família tem origem no termo latim *famulus*, que significa escravo da casa ou doméstico, e evidencia uma relação de poder e hierarquia nas relações. (COLCERNIANI, 2010)

Para Foucault (2004) temos sempre possibilidade de mudar a situação quando *estamos uns em relação aos outros, em uma situação estratégica*. As lutas que travamos nas relações que se estabelecem implicam um jogo de poder em que qualquer uma das partes ao se elevar sobre a outra pode determinar uma conduta, *influenciar a conduta ou a não-conduta de outro*. De modo que, *em nenhum lugar estamos livres de toda relação de poder*. (FOUCAULT, 2004, p.6)

Toneli (2010) salienta que o sujeito é produzido em meio à trama do poder, do saber e da ética, ou dito de outra forma, das relações com os outros, com a verdade e consigo mesmo. (p.146) Para a autora *podemos afirmar com Foucault que: entre cada ponto do corpo social, entre homem e mulher, entre membros de uma família, [...]entre cada um que sabe e cada um que não sabe, existem relações de poder.* (FOUCAULT, 1980 apud TONELI, 2010, p. 187).

No cenário diverso de família(s) na contemporaneidade, pensar no processo de constituição do sujeito é compreender que tal sujeito está engendrado a uma modalidade de constituição subjetiva balizada por relações de poder que se articulam no momento presente. Costa (1995) explicita,

O sujeito é uma tessitura, uma movimentação constante de redescrições de si e dos outros. A cada momento da vida, uma dessas redes de crenças e desejos é invocada a assumir a hegemonia de nossas condutas, pensamentos e atos conscientes, em resposta aos estímulos ambientais, chamados causas de mudanças subjetivas. (p. 3)

Em se tratando das subjetividades, para Rolnik (1999) se traduzem como sensações que mobilizam um investimento de desejo em diferentes graus de intensidade, em que se estabelecem relações entre as várias sensações que vibram na subjetividade a cada momento.

Problematizar a imbricação da família na constituição do sujeito e na construção das subjetividades e verdades implica esclarecer a compreensão de família adotada nesta pesquisa, como uma instituição que demanda uma organização, mas que não é uma única, nem mesma, tampouco melhor ou legítima. Assim, pretende-se abarcar a compreensão das diversidades nesse campo.

Na busca pela compreensão da historicidade da instituição família, retorna-se brevemente ao século XVIII, quando a vida em família se voltava ao público, existia pouca intimidade e a família não existia como sentimento ou como valor, mas cumpria uma função: assegurava a transmissão da vida, dos bens e dos nomes. Entretanto, a família é o primeiro refúgio em que o indivíduo ameaçado se protege, sendo um território fronteira onde se dão os conflitos entre o público e o privado. Nesta leitura, baseada em ARIÈS (1981), pode-se afirmar que é justamente na fronteira entre o público e o privado que somos interpelados segundo os discursos, e subjetivamos/objetivamos modos de

ser, fazer, viver, morrer, enfim, condizer a cada época e respectivas gerações.

Ao se fazer um retrospecto das relações estabelecidas socialmente entre homens e mulheres, pais e filhos/as, sujeitos e sociedade, fica muito bem demarcado no transcorrer da história as transformações relacionais, bem como, a (des)construção de hierarquias e funções generificadas, em que o *devoir* humano prossegue se repaginando.

Nos últimos anos, *a divisão do trabalho entre homens e mulheres e entre jovens e adultos, vem contribuindo para a alteração das relações de poder intrafamiliares*. (JELIN, apud MELLO, 2003, p.30), em que as tendências hierárquicas de “novas famílias” têm sido contrabalançadas por tendências igualitárias. (MELLO, 2003, p. 30)

Poster (1981) refere-se à rigorosidade das divisões dos papéis sexuais nas relações na família burguesa. Neste sentido, Rodrigues e Abeche (2010) salientam que

a lógica patriarcal e monárquico-elesiástica, bem como os dispositivos e valores que a garantiam também dentro das famílias, impunham uma submissão dócil dos indivíduos ao nobre/senhor feudal, às regras da aldeia e da Igreja. (RODRIGUES e ABECHÉ, 2010, p. 377)

Esta lógica prevalecia pouco antes do início do século XVIII. Posteriormente é que o modelo de família nuclear passa a se registrar no imaginário cultural ocidental até os dias de hoje.

Através da caracterização e compreensão da história da família torna-se possível verificar que foi a partir do século XVIII que ela começou a se distanciar e se diferenciar na sociedade, a se confinar em um espaço limitado, aquém de uma zona cada vez mais extensa da vida particular/privada. Recorrendo a Ariès (1981), pode-se afirmar que a casa tornou-se o espaço de proteção em relação ao mundo, o que se mantém até os dias de hoje.

Na família nuclear do século XIX, identificou-se que o cenário estava em movimento, e uma das preocupações era a de resistir às transformações econômicas e demográficas da sociedade. Foi nesse século que a família passou a ser focalizada como reduto emocional, decorrente das qualidades desta, em congregar calor e afeto dentro de seus limites, e também porque o mundo externo assumiu uma aparência mais conturbada. (SENNET, 1998). *O foco estava na estrutura da família e não na qualidade das inter-relações*. (SZYMANSKI, 1997 p. 24).

Zambrano (2011) salienta que a família ocidental a partir da revolução industrial passou a ser percebida *cada vez mais como lugar da afetividade, lugar psicologizado no sentido de ser o espaço do desenvolvimento psíquico do sujeito, de construção das relações afetivas e da sua possibilidade de subjetivação.* (ZAMBRANO, 2011, p. 110)

Para Velho (1987) com a noção de indivíduo moderno associada profundamente à nuclearização da família, esta se afasta da comunidade de parentes e se constitui de uma forma mais condizente com a valorização da atitude individualista e dos novos espaços urbanos decorrentes da industrialização e das mudanças sócio-econômicas. A família burguesa ou nuclear surge então *como a estrutura familiar dominante na sociedade capitalista avançada do século XX.* (POSTER, 1979, p. 186) Zambrano (2011) corrobora que a família ocidental *do ponto de vista social, é o lugar onde se estabelecem os vínculos jurídicos de parentesco e filiação, tornando-se a família a célula que permite o desenvolvimento social.* (p.110)

A estrutura da tradicional família burguesa, que desde o século XVIII vinha sendo considerada modelo ideal passou a ser questionada e substituída por configurações outras antes escamoteadas, ou que vieram a se constituir em virtude das vicissitudes deste tempo presente, e que caracterizam a diversidade das famílias na contemporaneidade. Entretanto, há padrões tradicionais que se mantêm no imaginário e na realidade social.

Conforme Bruschini (1981, apud SZYMANSKI, 1997) *a história da família é descontínua, não linear e não homogênea, consiste em padrões familiares distintos, cada uma com sua própria história e com suas próprias explicações.* (p.25) As famílias reproduzem e instituem seus códigos, suas regras, ritos e jogos, e estabelecem uma sintaxe própria para se comunicarem.

Oliveira, Siqueira, Dell'Aglio e Lopes (2008) afirmam que as transformações paradigmáticas, ocorridas principalmente a partir de meados do século XX, provocaram alterações na estrutura e na dinâmica das relações familiares, contribuindo para a concepção contemporânea de família. Nesta mesma direção Goldani (1993) menciona que alguns estudiosos da família colocam ênfase nos padrões de mudança nas estruturas familiares, percebidos como parte de um processo mais amplo de transformações econômico-sociais.

Para a autora as mudanças na família giram em torno

das mudanças nos padrões de comportamento, desde o aumento de novos tipos de uniões entre os sexos, declínio da fecundidade, aumento das mães solteiras e de separações e divórcios, novos padrões de sociabilidade e relações de gênero. (GOLDANI, 1993, p.69)

Nessa mesma direção, Singly (2000) salienta que

[...] a família conheceu e conhece ao longo da segunda metade do século XX - sobretudo nos países ocidentais: o decréscimo dos casamentos, das famílias numerosas, o crescimento das concubinagens, dos divórcios, das famílias pequenas, das famílias monoparentais, recompostas, do trabalho assalariado das mulheres. (SINGLY, 2000, p.13)

Ao atentar à realidade contemporânea, as famílias têm privilegiado mais a qualidade das relações familiares do que sua estrutura, ainda que haja a permanência de determinados padrões normativos e suas estratégias de coerção. Singly (2000) explica que desde o início do século XX, ocorreram mudanças na centralidade da lógica do grupo familiar em torno do amor e da afeição, grupo estruturado na conjugalidade e na filiação.

A família deste momento histórico tem sido atravessada pela priorização do compromisso afetivo, sendo a partir do vínculo estabelecido, que as suas diversas configurações ultrapassam os modelos tradicionais, a consangüinidade e a heterossexualidade. As famílias contemporâneas estão em movimento de (re)estruturação de seus modos de vida frente às transformações e demandas deste tempo. Dentre as quais, há famílias divorciadas, recasadas, *monoparentais*, casais sem filhos, homossexuais, sendo que a adoção por parte dos casais homoafetivos gradativamente vem abarcando espaço social e jurídico. Ademais, cumpre não esquecer os meios tecnológicos via fertilização *in vitro* e banco de sêmen que podem viabilizar a reprodução e problematizar as noções de maternidade e paternidade. (SZIMANSKY, 1997). Le Gall (2008) se refere ao *pluralismo familiar* em seu artigo sobre a evolução da família na França. Reitera que até os anos 50 predominava um único modelo de família, porém entre os anos 20 e anos 60 ocorria uma diversificação das formas de vida privada, de sorte que

Junto a la vida en pareja casada, la que se ha modificado un tanto, la vida en solitario y la vida en unión libre se han desarrollado mucho, como ha aumentado al mismo tiempo, a causa de la inestabilidad conyugal, el número de las familias monoparentales, las mismas que han favorecido el desarrollo de las familias recompuestas. (Le Gall, 2008, p. 635)

Este autor também salienta como pertencente a esta diversidade o aumento do número de famílias homoparentais, bem como, de famílias que recorrem à adoção, ao auxílio médico para doação de gametas. *Tantas familias que, con las familias recompuestas, hacen progresivamente ocurrir la idea de pluriparentalidad.* (2008 apud LE GALL, BETTAHAR, 2001)

Tratam-se de situações que até pouco tempo eram compreendidas como desvio da heteronorma, que ganham espaço de direito e proteção por parte do Estado. Como por exemplo, a adoção por casais homossexuais e *o crescimento dos casos de guarda compartilhada ou concedida apenas a pais.* (GROSSI, UZIEL, MELLO, 2007, p.10) Os autores se referem aos trabalhos sobre parentalidade e conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo como um *fenômeno social típico da sociedade contemporânea.* (p.11) Salientam que o movimento crescente das estatísticas ainda é lento em relação aos casos de guarda compartilhada ou concedida apenas a pais. Amazonas e Braga (2006) reiteram que *entre as demandas de normatização e normalização, empreendidas pelos homossexuais, na atualidade, está a busca de autorização legal para o direito à adoção de crianças,* e também no anseio por filhos biológicos, pelo menos de um dos membros do casal, busca-se as biotecnologias de reprodução. (p.180). As autoras esclarecem que *as tecnologias de procriação atendem tanto aos casais heterossexuais inférteis ou que desejam programar o momento em que querem ter um filho, quanto aos casais homossexuais.* (p.185)

Foucault (2003) em *Vontade de Saber* refere-se a uma nova hierarquia de seres na modernidade, baseados numa maior mobilidade da natureza e em sua própria plasticidade. Retoma o conceito de bio-história, sendo este correlato ao conceito de biopoder, em que se supõe acreditar na natureza biológica como algo flexível e moldado pelos imperativos do

sujeito e da história, sendo também temporalizável e sujeita aos desígnios humanos, que a transformariam conforme os seus interesses histórico e social.

Outro modo de vivenciar a parentalidade e ser/constituir família é a co-parentalidade², estudada com expressividade na França, onde também iniciaram, em meados dos anos 70, os estudos sobre monoparentalidade com Nadine Lefaucheur³. Cada configuração familiar irá fornecer diferentes referências de modos de ser e viver, e a singularidade de cada sujeito estará implicada com o binômio público-privado diferentemente. Do mesmo modo que as relações de poder e saber entre pais e filhos/as estarão imbricadas aos aspectos culturais, sociais e econômicos. Segundo Cadoret (2003), a história rastreia as diversas formas adotadas pela família, e cada cultura define o que é permitido, o que é velado, o que é possível e intolerável em cada época e em cada lugar, da mesma maneira intenta designar aos pais e determinar como e com quem deve crescer os filhos.⁴

1.3. A MONOPARENTALIDADE EM QUESTÃO

A monoparentalidade vem ganhando crescente visibilidade social, tendo grande expressão em meio à diversidade de arranjos familiares no Brasil contemporâneo. (MELLO, 2003, p. 35) Com a intenção de verificar a produção acadêmica na Psicologia brasileira sobre o tema da monoparentalidade/ família monoparental, a ser contemplado na presente pesquisa, foi realizado um levantamento na base de dados BVS-Psi ULAPSI Brasil (Biblioteca Virtual em Saúde/ Psicologia Brasil), no Banco de Teses da CAPES e no Google acadêmico. Primeiramente, utilizando o descritor *monoparentalidade* na base da BVS-PSi foram encontrados apenas cinco (5) artigos em revistas científicas, estes por sua vez, se referiam principalmente à monoparentalidade feminina, e apenas um deles ao se referir a “novas” configurações familiares, fazia menção à monoparentalidade.

A partir do descritor *família monoparental* os resultados foram um pouco mais interessantes, embora o número de produções também tenham sido modestos: dois (2) artigos publicados e indexados em revistas técnico

² “Co-parentalidade é uma situação na qual uma mãe lésbica ou um pai gay elabora o projeto de ter e criar uma criança com um parceiro, sendo que um é o pai biológico e o outro o pai social que cria a criança” (DERRIDA & ROUDINESCO, 2004, p.48).

³ Lefaucheur, Nadine. «Les familles dites monoparentales», in F. Singly, *La famille: l'état des savoirs*, Paris, Ed. La Découverte, 1991, pp. 67-74.

⁴ Tradução adaptada

científicas sobre monoparentalidade feminina, uma (1) Tese sobre monoparentalidade masculina, um (1) artigo no periódico eletrônico PePSIC sobre famílias monoparentais femininas e masculinas no México, 13 artigos científicos em periódicos na LILACS⁵, estando seis (6) dos artigos disponíveis também na base da SciELO⁶. Destes, apenas dois (2) artigos científicos tratavam da família monoparental feminina e questões sócio-econômicas.

A partir da variação do de scritor, sendo utilizado *famílias monoparentais* foram encontrados: dois (2) artigos indexados em revistas técnico científicas sobre monoparentalidade feminina, um deles já localizado com o descritor acima; 1 Tese sobre famílias homossexuais perpassando pela monoparentalidade masculina e feminina; duas (2) Iniciações científicas e uma (1) Tese na base da Biblioteca virtual da FAPESP, 11 artigos científicos em periódicos na LILACS, estando cinco (5) dos artigos disponíveis também na base da SciELO. A maioria tratava das famílias monoparentais femininas e as correlações com as condições sócio-econômicas. Nenhum dizia respeito à monoparentalidade masculina. Com ambos descritores as produções acerca da família monoparental masculina foi bastante reduzida. De modo geral as produções encontradas com os descritores relacionam a monoparentalidade a contextos de vulnerabilidade sócio-econômica, a situações de divórcio, à motivação para a adoção, ao envolvimento materno quando comparado com o arranjo com ambos os pais e à superação da monoparentalidade feminina.

No tocante aos aspectos sócio-econômicos, a literatura vincula a monoparentalidade a contextos de baixa-renda e, conforme Goldani (1993), a variedade de arranjos dos grupos populares é atribuída a uma maior instabilidade do vínculo conjugal, *onde sobressai a presença de famílias monoparentais, sobretudo, mulher com filhos*. (GOLDANI, 1993, p. 74) Ao se referir às camadas médias, menciona que arranjos familiares alternativos estão relacionados à insatisfação com o modelo hegemônico, em um contexto em que há opções individuais e estilos de vida diferenciados. (GOLDANI, 1993, p. 75)

No Banco de Teses da CAPES utilizando este mesmo descritor (família monoparental) e sua variação foram encontradas 26 dissertações e sete teses, sendo que algumas das produções apenas tangenciavam o tema da monoparentalidade, não se atendo à questão propriamente dita. Já ao utilizar o descritor *monoparentalidade* o resultado inicial foi 44 teses

⁵ LILACS - Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde

⁶SciELO - Scientific Electronic Library Online

e/ou dissertações. Todavia, dentre estas, apenas 22 contemplavam ao tema da monoparentalidade a partir de diferentes áreas do conhecimento, havendo principalmente dissertações de mestrado da área do direito que se referiam à monoparentalidade feminina, mulheres chefes de família, o olhar constitucional para os arranjos familiares, entre outros. Já na área da Psicologia haviam 4 (quatro) trabalhos, sendo enfatizada principalmente contextos da mãe monoparental, apenas 2 (dois) deles se referiam à monoparentalidade masculina, um deles salientou em seu resumo que *a produção literária nacional não apresenta expressividade quanto da participação efetiva do homem como cuidador solitário dos filhos*. (BITTELBRUNN, 2008)

Na área do Serviço Social e Ciências Sociais, respectivamente foram encontrados 5 (cinco) e 2 (dois) trabalhos sobre monoparentalidade, mas apenas 1(um) tratava do pai monoparental, propondo *analisar o processo de organização das famílias monoparentais masculinas e das famílias monoparentais femininas* em um estudo comparativo. (SOUSA, 2008)

Com o descritor *família monoparental masculina* foram localizados 4 (quatro) trabalhos, 3 (três) deles já localizados com o descritor anterior, e uma tese de doutorado relativa a um estudo exploratório sobre pais cuidadores no Rio de Janeiro, propondo uma análise de gênero, e o objetivo de *conhecer como os homens vivenciam, se motivam e se organizam para cuidarem de seus filhos* (CARVALHO, 2007)

Um aspecto relevante e que mobiliza a investigação é o enfoque relativo às categorias de gênero no tocante às significações de famílias em contextos monoparentais representadas tanto pelo feminino, como pelo masculino, uma vez que, neste levantamento pontual, a leitura de gênero mostrou-se escassa nos trabalhos aos quais tive acesso.

Outro aspecto pertinente constatado por meio do levantamento das produções acadêmicas, realizado junto ao site do Google acadêmico com o descritor *família monoparental*, refere-se ao representativo número de produções na área do direito sobre monoparentalidade e/ou famílias monoparentais. E em relação à área das ciências humanas predominaram os estudos sobre a monoparentalidade feminina. Nesta busca, localizei a dissertação da área do serviço social, também encontrada no Banco de Teses da Capes, sobre o estudo comparativo das famílias monoparentais masculinas x monoparentais femininas, e a influência do genitor no desenvolvimento familiar. (SOUSA, 2008)

Em um último levantamento bibliográfico realizado após quase um ano, ao revisitar a base de dados da BVS-psi, encontrei outra dissertação de mestrado, também encontrada no Banco de Teses da Capes, sendo desenvolvida na área da psicologia. Contemplava o tema da monoparentalidade masculina, interessada nos padrões de interação de uma família singular com pai viúvo. (BREDA, 1999) Embora, seja anterior à primeira, o intervalo de quase dez anos evidencia que o tema já há algum tempo incita estudos, porém a impressão que se tem é que foram priorizadas as famílias monoparentais femininas e que timidamente se avançou nos estudos de famílias monoparentais masculinas.

Há de se supor que as produções bibliográficas no tocante à monoparentalidade masculina tendam a aumentar visto que estão longe de esgotar o interesse que o tema desperta não apenas no meio acadêmico, sendo constantemente alvo de debate e preocupação por parte das políticas públicas, em especial no que diz respeito ao recorte de classe social. Da mesma maneira, a configuração familiar em questão (monoparental) é crescente do ponto de vista demográfico, sobretudo as chamadas famílias chefiadas por mulheres, o que incita a necessidade de novas pesquisas. Assim como as produções acerca da família monoparental masculina, que ainda são poucas e demandam maior visibilidade.

A fragmentação do modelo casal com filhos e a crescente importância do modelo monoparental - onde predominam mulheres sem cônjuge com filhos - responde pela diversificação dos arranjos familiares. (GOLDANI, 1993). Segundo esta mesma autora, de acordo com o censo brasileiro, em 1989, 3,3 milhões de crianças menores de 14 anos viviam apenas com a mãe, sem cônjuge, o correspondente a 11%. Já as crianças que residiam em arranjos formados por casal com filhos e outros tipos de arranjos domésticos, correspondia a 88%. Entretanto, uma década depois, o fenômeno de crianças residindo só com a mãe aumentou significativamente em 72%, enquanto as crianças vivendo com casais aumentaram em cerca de 15%, e outros arranjos em 20%.

A partir das consultas efetuadas referente aos anos de 2001 a 2010 no site IBGE⁷ (2001), as mudanças de destaque no padrão de família nas últimas décadas do século XX foram: queda substancial do tamanho da família; aumento do número de famílias do tipo mulheres sem cônjuge com filhos; e aumento do número de famílias cujas pessoas de referência são mulheres. Tais mudanças podem ser explicadas em parte pela acentuada queda na taxa de fecundidade nas últimas três décadas, de 5,8

⁷ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - www.ibge.gov.br

filhos, em 1970, para 2,3 filhos em 1999. Outros fatores explicativos referem-se à mudança de valores culturais do brasileiro e ao ingresso expressivo de mulheres no mercado formal de trabalho, de modo que também influenciaram na redução da família ao núcleo conjugal com filhos.

No Brasil conforme a síntese dos indicadores sociais do IBGE (2009), baseados na análise dos indicadores sobre família, a partir dos dados do PNAD⁸ 2008, de 1997 a 2007, a proporção do tipo monoparental (com a presença de apenas um dos cônjuges) em famílias com todos os filhos menores de 16 anos, cresceu: de 19,2% para 21,8%. Este crescimento é coerente com os dados do registro civil sobre o aumento das separações. As famílias monoparentais masculinas apresentaram um ligeiro crescimento percentual, de 7,8% para 9,8% (de 278 mil famílias em 1997 para quase 445 mil em 2007), e nas famílias monoparentais femininas o crescimento foi de 16,5% para 17,4%. Acerca do enfoque de gênero convém mencionar que conforme os dados do IBGE, no Brasil em 2008 foi expressivamente maior o número de mulheres sem cônjuge com filhos residentes em domicílios particulares, segundo os tipos de arranjo e o sexo da pessoa de referência (21251), enquanto o número de homens sem cônjuge com filhos foi reduzido (13490).

Nesta síntese dos indicadores, no que se refere a “famílias”,

as transformações socioeconômicas que vêm ocorrendo nas sociedades modernas e industrializadas têm impactos diretos na vida cotidiana das famílias, e as mudanças nas esferas produtivas e de estrutura social resultam, também, em mudanças nas relações de gênero e de família. (IBGE, 2009).

Alguns dados desta síntese salientam a redução significativa do tamanho das famílias, gerando famílias mais verticalizadas; o aumento das famílias monoparentais, a diminuição da disponibilidade de tempo e o excesso de individualismo, gerando mudanças nas relações no interior das famílias.

Convém explicitar que o IBGE compreende a família como *um conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, todos residentes na mesma casa* (IBGE, 2010), e também considera família: *pessoa que mora sozinha em uma casa (família unipessoal) e famílias compostas por, no mínimo, duas*

⁸ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

peças cada uma, que residam na mesma unidade domiciliar (famílias conviventes) (IBGE, 2010). Goldani (1993) salienta que esta definição equivale ao de unidade doméstica residencial, o que garante possibilidades de reconstrução de diferentes universos e arranjos, ainda que diferente da concepção sociológica mais comum de família, *como um grupo de pessoas que mantém vínculos de parentesco resultantes de consangüinidade ou de adoção* (GOLDANI, 1993, p.78), sendo que é possível aproximar os conceitos, compreendendo o grupo de parentesco como família. A este respeito Cadoret (2003) discute sobre a dificuldade de haver um acordo sobre o sentido que se deve dar à palavra *família*, afirma que na realidade existe uma definição mínima de parentesco e que a família seria então uma manifestação, sendo o parentesco o sistema que atribui os filhos aos pais, e os pais aos filhos.

No existe, pues, uma definición de familia? Em realidade existe uma definición mínima de parentesco, concepto del que la familia no es sino una manifestación: el parentesco es el sistema que atribuye unos hijos a unos padres, y unos padres a unos hijos. (CADORET, 2003, p.13)

Na mais recente síntese de indicadores sociais do IBGE, em 2010, baseada no PNAD 2009, acerca das famílias foi salientado que, *os padrões de formação, dissolução e reconstituição da família tornam-se cada vez mais heterogêneos e seus limites mais ambíguos*. (IBGE, 2010)

As uniões consensuais aumentaram e, em alguns países, já existe o reconhecimento legal dos casais homossexuais. Os aumentos das separações conjugais e dos divórcios levaram à formação de novos arranjos familiares. (IBGE, 2010)

Nesta síntese a família é considerada, *primordialmente para fins de investigação, como um grupo cuja definição está limitada pela condição de residência em um mesmo domicílio, existindo ou não vínculos entre seus membros* (IBGE, 2010), não contemplando todas as dimensões do conceito sociológico de família.

No tocante aos arranjos familiares, nesta última síntese, em 2009, continuou sendo expressivamente maior o número de mulheres sem cônjuge com filhos residentes em domicílios particulares (21.707), segundo os tipos de arranjo e o sexo da pessoa de referência, enquanto o número de homens sem cônjuge com filhos apresentou sutil aumento

(13.910). Porém, comparando os dados do PNAD 2008 e 2009, o aumento destes arranjos, em que a pessoa tem filhos e não tem cônjuge, foi praticamente equiparado em relação aos sexos.

Para o IBGE (2009) a visão de gênero produziu grandes transformações na sociedade contemporânea. Diferencia sexo de gênero, explicitando que

sexo se refere a diferenças biológicas entre homem e mulher, gênero se refere a diferenças construídas socialmente entre sexos, quais sejam: papéis e responsabilidades atribuídas pela sociedade a homens e mulheres. (IBGE, 2009)

No contexto socioeconômico brasileiro, *a família e as relações de parentalidade são temas que têm sido discutidos pela psicologia e entendidos como construções sociais estabelecidas a partir de vínculos genéticos e/ou de convívio* (PERUCCHI & BEIRÃO, 2007), sendo construções que se processam em campos sociais marcados por relações de afeto e de poder.

Atentar em como as famílias se configuraram ao longo da história, principalmente nos últimos dois séculos até o momento, minimamente sugere a problematização da diversidade pela qual estão se constituindo, suas circunstâncias e contextos. É pertinente mencionar que Grossi, Uziel e Mello (2007) explicitam em relação às discussões sobre parentalidade de gays, lésbicas e travestis, que estas, *vêm recebendo grande destaque nas pesquisas recentes e têm sido um dos pontos fulcrais nos debates políticos e teóricos sobre direitos civis de gays, lésbicas e transgêneros.* (p.15)

O cenário social é atravessado pelos diferentes modos de ser e viver dos sujeitos, pelos jogos e relações que são engendrados, na regulação da família, por sua vez, submetida à hegemonia da heteronormatividade. Conforme os autores *para muitos defensores de uma concepção de família centrada na norma heterossexual, a adoção de crianças por casais de pessoas do mesmo sexo seria uma ameaça à sociedade [...], pois colocaria em confronto a noção de humanidade, ancorados na ordem de gênero.* (GROSSI, UZIEL e MELLO, 2007, p.15) Todavia, estas famílias, também referidas como *não-hegemônicas*, cada vez mais ganham visibilidade, o que possibilita a compreensão destas configurações e o exercício de outras formas de parentalidade.

A este respeito conforme Pinheiro, Galiza e Fontoura (2009) acerca das famílias brasileiras, *o aparato legal e as políticas públicas, de forma geral, foram arquitetados para um modelo de família heterossexual*

tradicional (p.853), ou seja, o homem como provedor e a mulher como cuidadora. Para os autores esse modelo é cada vez menos representativo entre as famílias brasileiras. No tocante às famílias brasileiras, conforme os autores, objetos constantes de debates e que resultam em novas legislações e políticas públicas são por exemplo: o reconhecimento da união civil homoafetiva pelo Supremo Tribunal Federal, sendo considerada assim, entidade familiar; os casos de adoção por casais homoafetivos que ganham legitimidade; sendo a mais recente conquista para a sociedade brasileira, o reconhecimento legal do primeiro casamento civil homoafetivo no país, sendo assim uma “nova” configuração de família com direitos equipares às famílias heterossexuais. Desse modo, ações em prol da visibilidade e legitimidade de famílias outras, que não a normativa, já estão em pauta nacional nas tramas do Estado.

Para Zaberlam (2001, p. 8) o comportamento da humanidade, a família e a sociedade em geral passam por transformações, que por sua vez, são reflexos da cultura, do processo econômico, político e social, bem como de suas instituições. Sendo que estas acarretam modificações na rede de relações sociais, afetivas e emocionais entre os elementos do núcleo familiar, sua interação e sua organização interna. Neste sentido a família pode ser compreendida como instância que transmite valores orientando o indivíduo na construção de sua organização subjetiva. (ZABERLAM, 2001, p.9.)

Para esta autora as “novas” configurações familiares passam a se evidenciar com a multiplicidade dos subsistemas e a pluralidade dos arranjos que se superpõem, que nos dias de hoje demarcam mudanças estruturais da família brasileira.

Mudam as referências que organizavam as relações de gênero no trabalho, na vida social e no lar; o casal e seus familiares enfrentam o desafio intensificado pelo declínio dos parâmetros tradicionais, de criar novas formas de convívio entre as gerações [...] (ZAMBERLAM, 2001, pp. 8 e 9).

É a partir das transformações da família ao longo dos diferentes momentos histórico-sociais que se configuraram as diversas famílias, implicando em uma redefinição e redistribuição das responsabilidades domésticas e profissionais assumidas por homens e mulheres.

Em meio às diversas configurações situadas neste tempo, para além do tradicional modelo da família burguesa, sustentada pelo modelo

patriarcal, de pai provedor, mãe e filho/a(s), nesta pesquisa a atenção se direciona a famílias monoparentais masculinas.

A família monoparental é compreendida como *um núcleo familiar onde vive um pai ou uma mãe (sem cônjuge) com um ou vários filhos solteiros* (WALL e LOBO, 1999), sendo que pai ou mãe assumem funções e representações além do vivenciado pelo tradicional modelo da família nuclear. Brauner (2004) acrescenta que além de se constituir por um dos pais e seu(s)/sua(s) filho(s)/filha(s), em que um dos genitores exerça a guarda e a criação do filho, a família monoparental refere-se também, à relação de adoção, quando uma só pessoa adota uma criança concedendo-lhe uma filiação socioafetiva. Salienta a relação da monoparentalidade às situações de divórcios, separação ou viuvez. (BRAUNER, 2004)

Neste arranjo, onde os filhos se encontram vinculados à responsabilidade apenas do pai ou apenas da mãe, a literatura com frequência traz a relação da monoparentalidade principalmente com o feminino e à chefia de família. Todavia, não são aspectos sinônimos, uma vez que mulheres da sociedade atual são provedoras, assim como homens, em proporções cada vez mais equiparadas nas situações de conjugalidade. Acerca desta questão Perucchi e Beirão (2007) salientam a demanda por relações de gênero igualitárias no contexto familiar e no mundo do trabalho, bem como a divisão da responsabilidade na educação dos filhos, que por sua vez, decorrem das transformações no código civil brasileiro.

As famílias monoparentais são reconhecidas pela constituição de 1988 estando sob proteção do Estado. Podem se caracterizar pela separação, pelo abandono, pela morte, ou pela vontade de uma das partes. (ZAMBERLAM, 2001, p.10)

Martins, Costa e Baja (2009) reiteram que a Constituição Federal Brasileira reconheceu que para a configuração de uma família, não se faz necessária *a existência de um casal com seus filhos*. (p.1) Conforme explicitado no seu Artigo 226 no 4º parágrafo - *Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes*. No Estatuto da Criança e do Adolescente (2008), no Artigo 42, as relações monoparentais também são visibilizadas com a possibilidade de adoção independente de estado civil. Os autores salientam que há *uma verdadeira subtração do antigo pressuposto do casamento e da exigência de um casal – homem e mulher – para uma possível adoção e construção de uma família* (MARTINS, COSTA & BAJA, 2009). Em consonância ao citado, no Novo Código Civil, no Parágrafo único do Art. 1.636 é captada a realidade da maternidade e da

paternidade solteira, cada vez mais presente na sociedade vigente. Convém salientar que estes contextos não, necessariamente, irão permanecer monoparentais, pois situações de novo/a cônjuge ou companheiro/a implicarão na reconfiguração da família.

No cenário contemporâneo as famílias monoparentais estão cada vez mais frequentes, principalmente por parte da monoparentalidade feminina. Ainda que em menor incidência a monoparentalidade masculina também desponta. É pertinente problematizar parentalidade e relações de gênero sob a ótica de mulheres e homens envolvidos com a monoparentalidade. Entretanto, no que tange a famílias monoparentais masculinas, conforme constatado no levantamento supracitado, os estudos ainda são reduzidos, enquanto a porcentagem deste arranjo familiar aumenta. Fato que evidencia a necessidade do estudo, e que se confirma com o campo da presente investigação, através das questões explicitadas pelos participantes, suas inquietações e dúvidas sobre “ser pai só”, conforme alguns mencionaram.

Pensando nesta situação, pergunto: em que circunstâncias estas famílias funcionam cotidianamente, uma vez que o pai (ou a mãe), em geral, precisa trabalhar para garantir o sustento do grupo familiar? Que dificuldades enfrentam? Contam com alguma rede de apoio? O que engendra a situação monoparental?

Há uma série de aspectos e questões que precisam ser mapeados e investigados na configuração familiar em questão, implicados com a caracterização do contexto social, econômico e cultural no qual a família se aloca; à compreensão parental da situação e o posicionamento que adota, tendo como foco relações de gênero; de que modo as relações de vínculo se constroem entre estes sujeitos; de que modo estão circunscritas as relações de poder engendradas nas relações familiares; entre outros aspectos que o campo de pesquisa explicitou.

As diversas configurações familiares que se enunciam na contemporaneidade, compõem um mosaico diverso, mas nem sempre vivível e visível. A partir da problematização da família monoparental masculina, no anseio de sua maior visibilidade e de sua viabilidade, orientei-me pela seguinte pergunta de pesquisa: **Quais significações são atribuídas à família e quais (re)organizações – no sentido dos cuidados e responsabilidades – são efetuadas em famílias monoparentais contemporâneas chefiadas por homens de forma a garantir seu funcionamento cotidiano?**

CAPÍTULO 02 – CONSTITUIÇÃO DOS DOMÍNIOS DE SABER/PODER

2.1. TEMPORALIDADE, FAMÍLIA(S) E SUBJETIVIDADE

No tempo presente, que assim denomino para situar o hoje e o que trata da contemporaneidade, as configurações de famílias que se enunciam, explicitam uma variedade de (re)arranjos e modos de conduzi-las. Neste sentido, a família, compreendida como uma instituição antiga e atual, acompanhou as transformações que transcorreram na história ocidental desde meados do século XVII, (re)configurando modos de viver em família, suas problemáticas e inovações. *A contemporaneidade brasileira dos arranjos familiares e do valor da família [...] é pensada e suposta como plural.* (MACHADO, 2001, p. 17)

Dentre as questões que se enunciam e àquelas que se propõe discutir neste trabalho, busco situar o que é esta contemporaneidade que aloca “novos” modos de viver em família. Ou ainda, compreender que estas famílias fazem parte deste *tempo presente*. Para Foucault (1995) o tempo presente é um dos mais evidentes problemas filosóficos, sendo aquilo que somos neste exato momento (p.239)

Ao tomar a família monoparental masculina como proeminente no tempo presente, conforme SANTOS (2007) nas idéias e trabalhos de Michel Foucault sobre o papel do intelectual como diagnosticador do presente, é possível travar conhecimento com o conceito de história do tempo presente. Adotar o termo *tempo presente* suscita a compreensão de uma história inacabada (SANTOS, 2007), uma história em constante *vir a ser*. Para esta autora, na *produção de conhecimento histórico no tempo presente e imediato, há o empenho em se travar um debate teórico e conceitual sobre temas chave na contemporaneidade.* (SANTOS, 2007, p. 9)

Adoto, pois, a compreensão de *tempo presente* como inserido na contemporaneidade, que por sua vez é compreendida como *o tempo em que se fala*⁹, designando a atualidade daqueles que a enunciam. Assim, a contemporaneidade estabelece uma relação que flutua com o tempo. Logo, vista como um recurso do saber, ela alinha convivências, situações

⁹Dicionário Aurélio.

e fenômenos que acontecem ao mesmo tempo, sendo assim o tempo presente da modernidade deste século¹⁰.

É neste tempo presente do qual se fala, que atentar à monoparentalidade irá implicar na investigação dos processos de subjetivação, bem como quais significações são atribuídas à família nestes contextos. No dizer de Machado (2001), como *as famílias se instituem como "fábricas de construção de subjetividades"* merece ser aprofundado. A partir da leitura de Michel Foucault o sujeito pode ser compreendido como do discurso e da linguagem [...] *a subjetividade se produz na relação das forças que atravessam o sujeito, no movimento, no ponto de encontro das práticas de objetivação pelo saber/poder com os modos de subjetivação [...]* (apud PRADO e MARTINS, 2007, p.17).

A sociedade sendo balizada pelos referenciais heteronormativos, situa a subjetividade de homens e mulheres assujeitada aos binarismos, o feminino e o masculino, a paternidade e a maternidade, o público e o privado, entre outros, que inscrevem nas relações de gênero as ficções identitárias. *A oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder, em que as significações de gênero e poder se constroem reciprocamente.* (Scott, 1995, p. 92)

Para Gayle Rubin em entrevista concedida à Judith Butler, *é preciso haver um modelo que não seja binário, porque a variação sexual é um sistema de muitas diferenças, não apenas um par de diferenças conspícuas.* (RUBIN e BUTLER, 2003 p.168). Conforme Butler em meados da década de 70 as relações de parentesco estavam a serviço da heterossexualidade compulsória, e as identidades de gênero derivavam, em certa medida, das relações de parentesco. (RUBIN e BUTLER, 2003, p.162)

Para Butler (2008) os sujeitos constroem suas experiências em relação ao masculino e ao feminino a partir da heteronormatividade. Esta matriz de inteligibilidade hegemônica fundamenta a idéia de complementaridade pela diferença, uma vez que produz sujeitos em que o gênero corresponde ao sexo anatômico, sendo o objeto de desejo, pessoas de sexo e gênero diferentes. A este respeito Butler (2003) em seu artigo *O parentesco é sempre tido como heterossexual?* menciona:

¹⁰ Anotações em aula expositiva da disciplina Contemporaneidade e constituição do sujeito lecionada pelo Prof^o Dr. Kleber Prado, oferecida pelo Programa de Pós- graduação em Psicologia –UFSC.

[...] a sexualidade deve se prestar às relações reprodutivas e que o casamento, que confere estatuto legal à forma da família, ou, antes, é concebido de modo a dever assegurar essa instituição, conferindo-lhe esse estatuto legal, deve permanecer como o fulcro que mantém essas instituições em equilíbrio. (BUTLER, 2003, p. 221)

Convém salientar na discussão trazida por Butler (2003) os poderes de normalização do Estado, pois condicionam e limitam o parentesco ao casamento, que por sua vez, garantem direitos à instituição família. O Estado continua a exercer o controle regulador sobre o parentesco normativo (heterossexual e sob a égide do casamento). Todavia,

o casamento tem também se separado das questões de parentesco na medida em que projetos de lei de casamento gay frequentemente excluem direitos à adoção ou às tecnologias de reprodução enquanto direitos supostamente garantidos pelo casamento. (BUTLER, 2003, p. 223)

Segundo Le Gall (2008), Godelier recorda que *una nueva forma de parentesco está construyéndose en Occidente, donde la familia no coincide necesariamente con la pareja.* (apud GODELIER, 2004)

Foucault (1998) traz a questão da *austeridade sexual em torno e a propósito da vida e do corpo, da instituição do casamento, das relações entre homens e da existência de sabedoria* (p.24). Para o autor esta temática guardou através do tempo uma certa constância, por meio das instituições, conjunto de preceitos e referências teóricas diversas. Tece reflexões acerca da dissimetria da reflexão moral sobre o comportamento sexual, sendo as mulheres submissas, salienta que se trata de uma moral de homens, uma elaboração acerca da conduta masculina feita do ponto de vista dos homens para dar forma a sua conduta. (FOUCAULT, 1998, p.24)

Ainda que haja uma heteronorma que dite o modo de ser/fazer família há sempre o contraponto de outros modos de ser família. Não necessariamente famílias que subvertam esta heteronorma, mas que tragam à cena uma releitura ou modos possíveis de se viver sob a norma que nos atravessa. Como a exemplo, as famílias monoparentais masculinas deste estudo. *A tarefa que temos em mãos é re-trabalhar e revisar a organização social da amizade, dos contatos sexuais e da comunidade para produzir formas de apoio e aliança não centradas no*

Estado. (BUTLER, 2003, p. 231) E que assim o parentesco, para além dos laços de consaguinidade, torne-se uma forma reconhecível de família, independente do casamento e da matriz sexual que se vincule.

Segundo Foucault (1995) as formas de poder que se aplicam à vida cotidiana impõem uma *lei de verdade*, que categorizam o indivíduo e marcam-no com sua própria individualidade, em que os outros têm que nele reconhecer. Sendo, uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Sujeitos sexuados, de determinada esfera social e econômica, e que frequentam estes ou aqueles lugares, que se relacionam com estas ou aquelas pessoas, e que são regidos pela disciplina prescrita pela norma. Com a idéia da necessidade de *conduzir-se*, Foucault (1998) se refere a *maneira pela qual se deve constituir a si mesmo como sujeito moral, agindo em referência aos elementos prescritivos que constituem o código*. Assevera que existem diferentes maneiras de *se conduzir* moralmente, de agir como sujeito moral da ação. Cita, *um código de prescrições sexuais que determina para os dois cônjuges uma fidelidade conjugal estrita e simétrica, assim como a permanência de uma vontade procriadora*, em que haverá várias maneiras de praticar essa austeridade. (FOUCAULT, 1998, p. 27)

Foucault (1998) traz a noção da moral entendida como o comportamento real dos indivíduos em relação às regras e valores que lhes são propostos, de modo a designar a maneira pela qual se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta; também obedecem ou resistem a uma interdição ou a uma prescrição; pela qual respeitam ou negligenciam um conjunto de valores. (Foucault, 1998, p.26) Nesse sentido, a moral determina

de que maneira e com que margens de variação ou de transgressão, os indivíduos ou os grupos se conduzem em referência a um sistema prescritivo que é explícita ou implicitamente dado em sua cultura, e do qual ele têm uma consciência mais ou menos clara. (FOUCAULT, 1998, p.26).

Há variadas modalidades e predominâncias da constituição do sujeito, sendo este sujeito uma modalidade de constituição subjetiva articulada ao momento atual ao mesmo tempo em que é dele produto, de modo que se presentifica o exercício performático do vir-a-ser. MACHADO (2001) afirma que atualmente um dos mais importantes objetivos dos estudos sobre família recai na interlocução entre as análises que enfocam a diversidade e as mudanças da estrutura e da organização

familiar e as análises que enfatizam o lugar de valor que *a família* e os modelos de família ocupam numa dada sociedade ou segmento social. Conforme esta autora, os estudos de família no Brasil se organizam em duas linhagens dominantes, *uma enfatiza a estrutura e a organização das famílias e outra focaliza a família enquanto valor*. (MACHADO, 2001, p.18) E em sua análise das transformações da contemporaneidade brasileira e mundial e de suas organizações familiares, baliza seus estudos nas diferenças de sentido que a expansão do individualismo como valor assume nos modos diferenciados da família se apresentar. (MACHADO, 2001, p. 8)

Mello (2005) afirma que *não há uma família definida em termos absolutos, mas tipos históricos específicos de associações familiares, influenciadas por variáveis ambientais, sociais, econômicas, culturais, políticas e religiosas*. (p.27) Para o autor, família e casamento são categorias culturais, cuja universalidade precisa ser relativizada. (MELLO, 2005, p. 27)

Na presente pesquisa, uma vez que a questão central refere-se à significação atribuída por homens–pais a sua família monoparental e às vivências cotidianas, procuro contemplar além da problematização das configurações familiares, como a família é subjetivada e compreendida por estes pais segundo suas enunciações.

Neste sentido, analisar o conjunto de enunciados de pais monoparentais na contemporaneidade, viabilizados pelas entrevistas, evidencia distinções acerca da compreensão da(s) família(s). E o quanto os ditos estão impregnados de concepções que se arrastam pelo transcorrer da história ocidental, ao mesmo tempo que confrontam com concepções deste tempo presente. Por sua vez, resvalam na constituição e nas subjetivações dos sujeitos que são engendrados nos/pelos discursos. Para analisar tais discursos, os escritos de Michel Foucault, suas discussões acerca das possibilidades de constituição dos sujeitos na contemporaneidade e a sua proposta de *análise do discurso* inspiram a discussão que floresceu com esta pesquisa. Juntamente com os escritos de Judith Butler, que colocam em questão a noção da normatividade, a heteronorma compulsória, suas matrizes identitárias, e problematiza, assim como Foucault, a constituição dos sujeitos assujeitados, atravessados pelo gênero, pelo poder e pela norma.

Para Foucault (1972) *no mundo de discurso que é nosso* (p.33) é pelas categorias reflexivas, princípios de classificação, regras normativas, tipos institucionalizados, que se articulam os discursos, que por sua vez, se fundam nos distintos campos do saber. *O discurso é constituído pelo*

conjunto de todos os enunciados efetivos (tenham sido eles falados ou escritos) em sua dispersão de acontecimentos e na instância que é característica de cada um. (FOUCAULT, 2005, p. 91). Compreende que todo o discurso manifesto repousa sobre um *já-dito*, uma espécie de discurso sem corpo, uma voz silenciosa, e que *tudo que o discurso formula já se encontra articulado nesse meio-silêncio que lhe é prévio, que ele recobre e faz calar.* (FOUCAULT, 1971, p.36) Ou ainda, o discurso manifesto presentifica o que ele não diz, o *não-dito*, sendo ao mesmo tempo um *já-dito*. Um discurso a ser busca e repetição de uma origem que escapa a toda determinação histórica, mas que também se destina a ser uma interpretação ou escuta. Trago à cena o discurso de/sobre família(s), daquilo que se compreende e legitima sobre tal e que em um passado pouco distante se balizava pela tradicional família burguesa e, na contemporaneidade, se baliza em uma pluralidade de discursos possíveis, porém nem sempre legitimados pela norma.

Através das enunciações elucidadas pelas vivências do contexto monoparental, se faz possível pinçar os enunciados de pais monoparentais ou “pais sós” (como se auto denominaram os participantes). Articulando a perspectiva foucaultiana e a leitura dos estudos de gênero, como categoria de análise crítica, como bem sugere Scott (1995), situando a compreensão das relações de poder, bem como das relações de gênero fundantes dos sujeitos, de seus “saberes” e “fazer”. Para esta autora *o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado.* (p.88)

2.2. PROBLEMATIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS

A monoparentalidade é um arranjo de família crescente que se insere na contemporaneidade no que diz respeito à sua visibilidade. Ao tomarmos a expressão *família monoparental*, segundo Lefaucheur (apud WALL & LOBO, 1999), podemos identificar que foi introduzida por sociólogas feministas na França em meados da década de 70, sendo posteriormente adotada por outros autores para explicitar - *família de pai ou mãe sós*. Algumas das conseqüências quando esta configuração de família passa a ser nominada e visibilizada foram: introduziu-a nas estatísticas de recenseamento; permitiu uma nova abordagem da maternidade fora do casamento, o que contribuiu para que as famílias de mães sozinhas saíssem do anonimato; conferiu maior visibilidade social e jurídica aos pais e mães sós; viabilizou a criação de subsídios específicos para pais sós, encorajando a adoção de medidas de política social e familiar dirigidas aos pais sozinhos. (WALL & LOBO, 1999)

Leite (1997) explicita que no sentido jurídico a expressão *família monoparental*, é melhor compreendida como *lar monoparental*, uma vez que sob a ótica do direito a monoparentalidade seria a negação da família (tradicional). Todavia na Constituição de 1988 é compreendida como *entidade familiar*. Conforme este autor, a família monoparental é *a unidade ou entidade familiar, constituída de um genitor que educa e cria sozinho seus filhos*. (LEITE, 1997)

Conforme alguns autores há algumas diferenciações acerca da concepção da família monoparental, como a integração de outros familiares no lar e a problematização da idade dos filhos/as, aspecto que varia em alguns países do ocidente. Para Ermisch (1990, apud LEITE, 1997) a família monoparental é *constituída de um genitor e de seus filhos descendentes, quer eles vivam independentemente, quer eles se integrem no lar de outras pessoas (por exemplo, na casa dos avós* (p.23). Nesta pesquisa optou-se por famílias monoparentais em que apenas pai e filho/a coabitassem juntos, todavia, atentando para a participação (ou não) da rede de apoio, aspecto último que esteve presente em alguma medida, na vida dos 4 (quatro) participantes deste estudo. Entretanto, convém mencionar que independente da configuração familiar, a rede de apoio pode ser acionada, não sendo exclusividade da família monoparental masculina.

Dessa maneira, conforme Mello (2003) na monoparentalidade a relação pai-filho ou mãe-filho constitui o todo do núcleo familiar, sendo possível duas situações distintas: uma em que um dos pais torna-se a referência parental única e exclusiva da criança, e a outra possibilidade, embora haja prevalência relativa de um dos pais na relação com a criança, em que ambas figuras parentais ainda constituam uma referência familiar unificada para a criança, sendo assim, um casal parental. (MELLO, p.35) Esta segunda possibilidade foi predominante nos núcleos familiares investigados.

Em relação à idade dos filhos/as que caracterizam a monoparentalidade, há países que limitam a idade, como a França, por exemplo (filhos com menos de 25 anos), e outros que não, como a Bélgica e a Suíça. No Brasil, embora não seja explicitado diretamente a esta entidade familiar, conforme Leite (1997) na Constituição de 1988, o art.9º menciona sobre descendentes que tem o vínculo com seus pais dissolvido com a maioridade, 21 anos. Dessa maneira, não há uma delimitação de idade exclusivamente para caracterizar filhos/as de famílias monoparentais. De modo geral, os países que delimitam a idade, tomam como referência a questão da independência e maioridade.

Há diversos aspectos que cerceiam e configuram a família monoparental, Wall e Lobo (1999) mencionam: as condições de vida e vulnerabilidade dos agregados monoparentais, a eficácia das políticas familiares, efeitos da estrutura familiar monoparental sobre a educação e a socialização das crianças. Em certa medida trazem elementos que tendem a denotar certa fragilidade a esta configuração.

Entretanto, parto do entendimento de que toda e qualquer entidade familiar, independente de sua configuração, pode se constituir em bases sólidas ou frágeis. O que se coloca em questão é como os sujeitos se constituem frente às vicissitudes de suas vidas, e se assujeitam a estas.

Podemos dizer que todos os tipos de sujeição são fenômenos derivados, que são meras conseqüências de outros processos econômicos e sociais: forças de produção, luta de classe e estruturas ideológicas que determinam a forma de subjetividade. (FOUCAULT, 1995, p236).

Para o Conselho Federal de Psicologia (2010) a partir dos marcos legais que orientam a atuação do psicólogo em Vara de Família, a noção de família é plural, se percebe a constituição de distintas configurações familiares, de modo que o termo entidade familiar para alguns estaria mais de acordo com a realidade observada no século XXI. Este, por sua vez, é composto por diversos arranjos familiares como: *famílias formadas pelo casamento, por uniões estáveis, famílias recompostas, famílias homoafetivas, etc.* (p.31) E ao contrário de anteriormente, neste século a família não é reconhecida apenas a partir do casamento, uma vez que união estável também caracteriza entidade familiar.

Conforme mencionado anteriormente as produções bibliográficas que contemplam as famílias monoparentais recaem nos estudos da monoparentalidade feminina, em que mães assumem, nas muitas das vezes, a chefia da família, muito embora o fato de ser mãe em família monoparental nem sempre implique em assumir a chefia da casa. Vitale (2002) explicita a partir dos dados do censo brasileiro, que o número de famílias chefiadas por mulheres tem crescido nas últimas décadas, e a maioria das mulheres responsáveis pelo domicílio está em situação monoparental, o que em certa medida justifica a relação entre monoparentalidade e chefia da família. Outro aspecto problematizado pela autora é a relação entre monoparentalidade e o feminino, haja vista a supremacia feminina na representação desta configuração de família. Entretanto, sob o enfoque de gênero, estabelecer esta relação com o

feminino, tende a fortalecer a idéia equivocada de que as mulheres e não os homens seriam responsáveis pelas famílias, da mesma maneira, acentua um olhar naturalizante sobre o feminino, de que a mulher nasce para cuidar dos filhos e do lar.

No tocante à monoparentalidade masculina as produções bibliográficas se apresentaram em menor número, assim como, sua menor incidência na realidade social. Através da análise de literatura específica sobre gênero e masculinidade realizada por Gonçalves (2002) foi constatada a escassez de trabalhos e pesquisas sobre homens que assumem a responsabilidade de cuidar de seus filhos, em seu estudo sobre pais que ficaram com a guarda dos filhos.

Souza (2008), em seu estudo comparativo da família monoparental masculina e feminina, menciona que *apesar da monoparentalidade ser uma questão colocada pela própria realidade, ainda é um tema ousado que pode ser considerado de extremo enriquecimento para pesquisa social e favorável para a sociedade em geral.* (SOUZA, 2008) Salienta que diversas configurações ganham maior destaque e que as famílias que são constituídas pela presença cotidiana de um único genitor em meio à prole, se tornam cada vez mais habituais em tempos que denomina como pós-modernos.

A recente produção portuguesa, *Estudos – A Vida Familiar no Masculino – Negociando velhas e novas masculinidades* (WALL, ABOIM E CUNHA, 2010) da Comissão para Igualdade no Trabalho e no Emprego, com grande pertinência contempla as desigualdades de gênero produzidas na família sob análise do ponto de vista dos homens em Portugal. Dentre os temas abordados como a divisão sexual do trabalho e a evolução das políticas de família, as relações conjugais e as novas formas de paternidade, também abordam a família monoparental masculina, a que as autoras se referem como *pai-só* em *novas trajetórias masculinas na família* (p.11). No capítulo 4 desta produção, CORREIA (2010) menciona que as novas pluralidades dos fazeres do homem produzem questões relativas às formas de sua construção social e familiar. E que nos dias de hoje, o homem participa na prestação de cuidados aos filhos, na participação das atividades domésticas, em paralelo à dominação simbólica de ‘principal’ provedor dos recursos econômicos, aspecto último que gera tensão aos pais entre o trabalho e vida familiar. *A conciliação trabalho-família deixa de ser um problema exclusivo das mulheres para passar a ser também uma preocupação dos homens.* (CORREIA, 2010, p. 129) De sorte que,

Se esta necessidade de articular família-trabalho surge em famílias em que ambos os cônjuges trabalham, nas famílias de pais e mães sós ainda com mais premência se podera sentir a necessidade de encontrar novas e melhores soluções na organização do quotidiano profissional e familiar. (Wall, Sao Jose e Correia, 2001b; Wall, 2005b; Correia, 2004, apud CORREIA 2010, p.131)

O clássico modelo de família patriarcal foi perpetuado ao longo dos séculos XIX e XX, e progressivamente passou a ser problematizado pelas próprias mulheres por meio da sua gradativa emancipação, parafraseando Simone de Beauvoir, ao *torna-se mulher* não necessariamente ter a maternidade como *destino*. Esta construção essencialista do *fazer* e do *lugar* aos quais às mulheres estariam destinadas passa a ser questionada com o movimento de mulheres que ansiavam outros e possíveis *lugares das mulheres*. A força do movimento feminista oportunizou uma nova construção da mulher no *locus* sócio cultural no ocidente, e do espaço pelo qual transitam. Seu exercício de *ser* extrapola o que lhe foi designado pela norma, e as mulheres assumem, além do espaço privado, o espaço público usualmente visto como pertencente aos homens. Mulheres, quando mães, além do exercício da maternidade passam a conquistar seu espaço no mercado de trabalho, e assumem responsabilidades duplicadas.

Segundo Medeiros (2002) a inserção da atividade feminina além universo doméstico, *permitiu a passagem da mulher das camadas médias do status anterior de esposa e de mãe para o status de trabalhadora*. (p.9), fato que teve profundo impacto sobre o modelo dominante de família baseado na ética do provedor. A conquista e ampliação do espaço das mulheres implica em novas possibilidades de atuação para si e também para os homens, que tem sua função provedora colocada em cheque, bem como sua participação no lar junto à prole. Nesta trama de relações entre homens e mulheres em que se inscrevem a paternidade e a maternidade, é que se desdobra a (re)construção de novos espaços para o exercício destas matrizes identitárias. Estas por sua vez, estão diretamente imbricadas com as configurações das famílias deste tempo, em que pais e mães podem cuidar dos filhos e da casa, e, do mesmo modo, ambos podem se lançar ao mundo do trabalho. As funções junto a casa podem então, ser indiscriminadas, e o exercício da paternidade e da maternidade assume a direção do compartilhamento das funções.

Há treze anos Lyra (1998) assinalava que no âmbito das masculinidades os estudos já indicavam que há muitos homens que

buscam pela constituição de relações diferenciadas com os filhos, investindo na aproximação do contato corporal e de trocas afetivas mais intensas. Olavarría (2001) em pesquisas realizadas no Chile acerca das masculinidades e paternidades, afirma ter havido radicais mudanças nos últimos vinte e cinco anos, sendo que a forma de ser pai sofreu importantes variações em meio às mudanças ocorridas na realidade social, política e econômica daquele país. *Los hombres se comienzan a cuestionar el sentido de su paternidad y las capacidades y recursos de que disponen. Sus propias subjetividades, las relaciones y prácticas con sus hijos y pareja se ven afectadas.* (OLAVARRÍA, 2001, p.45)

A partir do cenário esboçado, podemos compreender a monoparentalidade imbricada com a emancipação da mulher, em que ter filhos/as e não ter cônjuge é um exercício cabível a mulheres e homens que (re)inscrevem suas funções de mães e pais e se descolam em relação à norma. Todavia, a heteronormatividade permanece, embora homens, também possam e vem sendo pais cuidadores de filhos/as, além de provedores, e mães possam ser (e efetivamente são) provedoras, trabalhadoras, além de cuidadoras de seus filhos/as.

O exposto embora possa parecer corriqueiro, ainda não é vivenciado com a devida fluidez. Isto pode ser verificado nos discursos da Lei, por exemplo, quando é massivo o número de casos em que a guarda dos filhos é dada a mãe. Será a visão essencialista e biológica da função da mulher que se presentifica? Entretanto, há casos em que ao pai é concedida a guarda. Mas, em quais circunstâncias? De que modo podem ser propostos novos olhares e fazeres que proporcionem uma relação mais equipare da concepção da maternidade e da paternidade?

Atrelada à monoparentalidade convém mencionar a paternidade e a(s) masculinidade(s) como temas que perpassam pelo discurso de pais monoparentais. Pois o exercício da paternidade, ora concebido por estes como algo da natureza do pai, traz à cena pais que trabalham para prover o lar e administram a casa e a responsabilidade pelos/as filhos/as, como muitas mães também o fazem, situação que rompe com um padrão patriarcal que escamoteava a relação afetiva entre pai e filho/a. Olavarría (2001) salienta *las nuevas realidades de la sociedad y las demandas de la economía confrontan la paternidad patriarcal, sus referentes, sus identidades de género y los recursos que ponen a disposición de los varones.* (OLAVARRÍA, 2001, p.45)

Conforme as investigações deste autor, no relato dos pais, de modo geral, a experiência de ter filhos e a paternidade em si estão entre as experiências mais satisfatórias de suas vidas. (OLAVARRÍA, 2001, p.47)

E no que diz respeito à paternidade na monoparentalidade esta atribuição é condizente. Os pais entrevistados expressaram a satisfação de estar com os/as filhos/as, e o fato de terem ficado com eles/as ter sido melhor para os/as filhos/as e para si, conforme a singularidade de cada caso.

CAPÍTULO 3 – CONSTITUIÇÃO DO CAMPO E ACESSO ÀS VERDADES

A partir da problematização das famílias monoparentais masculinas pretendi abarcar os aspectos vivenciais do cotidiano destes arranjos nos diferentes contextos que poderiam se apresentar, como, a decorrência da monoparentalidade, a condição socioeconômica- cultural, a rede de apoio, os enfrentamentos suscitados nas vivências, bem como, os prazeres, as adversidades e a satisfação de ser pai. Foi a partir da compreensão enunciada por pais/homens no contexto monoparental, que se investigou as significações atribuídas à monoparentalidade, a partir das vivências cotidianas desta configuração de família, trazidas em seus discursos. Que por sua vez, desvelaram as *verdades* do contexto monoparental em que se inserem estes pais, neste tempo presente.

Foucault (2008) ressalta:

[...] os “discursos”, tais como podemos ouvi-los, [...] não são, como se poderia esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras [...] analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. [...] tarefa inteiramente diferente, que consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. (FOUCAULT, 2008, p. 55)

Nesta pesquisa foram realizadas entrevistas individuais balizadas por um roteiro semi estruturado (com questões abertas) no intento de acessar o que era singular aos sujeitos, construir conhecimento através do que fora enunciado de/em suas histórias. *A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante.* (MINAYO, 2002, p.15) Para a autora, o método qualitativo se preocupa com uma realidade muito particular, que trabalha com *o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes* que tocam processos, ações e relações humanas.

3.1. DIREÇÕES PARA CHEGAR AOS ENUNCIADOS DA PESQUISA

É na relação entre a pesquisadora e os sujeitos na produção de seus discursos que se configura o cenário de pesquisa. Os sujeitos¹¹ da pesquisa foram acessados na cidade de Florianópolis por meio da rede social, através de indicações de contatos de famílias monoparentais masculinas, por indicações fornecidas por uma instituição de ensino e também através do Serviço de Atendimento Psicológico da UFSC – SAPSI.

Convém mencionar que a presente pesquisa foi aprovada quando submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos sob o parecer substanciado nº 715/11. Todos os participantes foram devidamente esclarecidos através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordando em participar do estudo.

Os sujeitos da pesquisa foram quatro (4) homens pais que vivem com seus filhos e sem cônjuge, que em decorrência da separação/divórcio configuraram a família monoparental. É importante mencionar que foi realizada uma entrevista com um quinto participante, no entanto não foi incluída nesta análise por caracterizar guarda compartilhada, que por sua vez, não é considerada como contexto monoparental. Desse modo, foram entrevistados quatro (4) pais que caracterizavam famílias monoparentais, sob a compreensão da literatura adotada. Entretanto, convém salientar que dois (2) dos sujeitos que compõem a análise desta pesquisa vivenciam o contexto da monoparentalidade e da guarda compartilhada de um dos filhos simultaneamente.

As entrevistas foram balizadas por um roteiro semi estruturado com dez questões, que pretenderam abarcar aspectos da história e do entendimento sobre a família, o cotidiano familiar frente à monoparentalidade, a relação com os filhos e expectativas do pai, possíveis vantagens e desvantagens da monoparentalidade. Ao final das entrevistas sempre se investigava junto ao entrevistado algum contato de pai monoparental. Todos os entrevistados conheciam ao menos um caso, porém, na maioria das vezes, não tinham o contato ou já havia sido configurado um outro arranjo familiar. Vale salientar que o roteiro foi apenas norteador para acessar o que se supunha pertinente à pesquisa, todavia, em cada entrevista realizada os participantes puderam ampliar a

¹¹ A participação dos entrevistados foi antecedida pela explicação dos objetivos do estudo e da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme os preceitos éticos em pesquisa.

sua maneira, algumas das questões, desprendendo-se em alguma medida do roteiro. O que enriqueceu ainda mais o acesso à realidade destes pais.

A realização do campo de pesquisa foi uma experiência rica e instigante, uma vez que a cada entrevista, a riqueza de dados em cada história desenhava a vivência monoparental e as situações a ela atreladas. Fui surpreendida pela fluidez do campo, pois não encontrei dificuldades para localizar os sujeitos da pesquisa, principalmente em virtude das indicações da rede social acionada. A realização do contato telefônico com os pais participantes foi aleatória, acontecia conforme tomava conhecimento do contato. Todos os quatro (4) pais sabiam previamente, por meio da rede social em comum, que uma pesquisadora interessada na configuração de sua família iria contatá-los. A receptividade e o interesse em participar da pesquisa foram unânimes, fato que contribuiu para o entusiasmo da sua execução.

Os quatro (4) homens/pais entrevistados são sujeitos de camadas médias, com idade entre 37 e 48 anos, dois deles completaram o ensino médio e dois têm ensino superior, tendo um deles pós-graduação. O pai mais jovem tem dois (2) filhos/as ainda crianças, um menino (10 anos) e uma menina (6 anos). Os demais pais têm filhos adolescentes com faixa etária entre 16 e 19 anos, não sendo considerados neste estudo os filhos de guarda compartilhada. Nos dois casos em que os pais têm a guarda do filho/a adolescente, acontece a guarda compartilhada dos filhos mais novos, estes ficam apenas determinados dias com o pai ou em alternância de semana, os demais dias convivem com a mãe.

Embora em todos os casos a situação de separação ou divórcio seja a causa da monoparentalidade, nos quatro (4) casos os filhos têm acesso à mãe se desejarem. Em todos os casos foram os filhos que optaram em viver com o pai. As quatro (4) famílias em questão são compostas respectivamente: pelo pai e 2 filhos/as, sendo um com guarda compartilhada (caso 1), 2 filhos/as – um casal (caso 2), 3 filhos/as – uma filha e um casal de gêmeos (caso 3), 2 filhos, sendo um com guarda compartilhada (caso 4). Essa distinção se faz apenas a título de descrição para a pesquisa, pois, na prática cotidiana, os pais que vivenciam além da monoparentalidade a situação da guarda compartilhada não explicitam tal distinção.

3.2. ANÁLISE E COMPREENSÃO DOS ENUNCIADOS

A partir do conjunto de enunciados dos pais/homens que vivem a monoparentalidade, e a compreensão acerca de sua família, a investigação proposta se viabilizou contemplando as significações atribuídas à monoparentalidade, a partir das vivências cotidianas engendradas nesta configuração de família.

Através das entrevistas, o conjunto de enunciados destes pais-homens constituiu o *corpus* discursivo da análise proposta, que discorre inspirada na análise do discurso de Foucault e possibilita a compreensão da produção dessa realidade.

[...] trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. (FOUCAULT, 2008, p.31)

Por meio das enunciações incitadas por questões abertas, que funcionaram como dispositivos disparadores, acessei aos modos de vida destas famílias. Não busquei possíveis generalizações, nem, por outro lado, uma suposta singularidade autônoma que diferencia esses homens e essas famílias. Entendo que são produzidos discursivamente no tempo histórico e no espaço social por meio da conjugação de condições de possibilidades que incluem os aspectos já mencionados. As enunciações obtidas constituem no seu conjunto, o *corpus* de análise em articulação com outros *corpus* discursivos.

As teorias feministas e de gênero, por sua vez, constituem o *corpus* privilegiado iluminador da análise do ponto de vista teórico-crítico. As teorias sobre família do ponto de vista histórico e cultural também são consideradas discursos que se entrecruzam com os das políticas públicas e do direito no cenário da produção da diversidade (e sua visibilidade) das famílias contemporâneas.

Sob o olhar da Psicologia, no tocante à compreensão da subjetividade e das funções parentais na contemporaneidade, proponho, portanto, um olhar crítico das entidades sujeito e família, articulando referenciais teóricos como as obras de Butler e Foucault.

CAPÍTULO 4 – PRÁTICAS E SIGNIFICAÇÕES DE SER PAI NA MONOPARENTALIDADE

4.1. DITOS E NÃO DITOS DE “PÃES”

A partir das entrevistas realizadas foi possível abordar o conjunto de enunciados, que compõem o *corpus* discursivo de pais que vivenciam a configuração monoparental. Procuo abordar nas enunciações os elementos centrais que reproduzem a norma, seus jogos de poder e de verdades, o *não dito* em meio ao *dito*. A implicação da sujeição nos modos de ser e viver, na condução da vida desses sujeitos sustentadas nos/pelos discursos. *Trata-se efetivamente de elucidar os jogos que fazem nascer nessa sociedade determinadas formas de subjetividade, determinados objetos e certos tipos de saberes.* (PERUCCHI, 2008, p.113) Em concordância com a autora,

[...] a sociedade dispõe de estratégias para controlar a produção dos discursos, por meio das quais alguns deles se instituem como norma em uma dada época e estabelecem um regime de verdade pelo qual se normaliza condutas e se fabrica indivíduos. É essa produção que configura o caráter produtivo do poder. (PERUCCHI, 2008, p. 106)

Transitar pelo universo das enunciações humanas é lançar-se a diferentes possibilidades de leitura acerca de um mesmo *objeto*, ou ainda, compreender o que foi dito de um lugar diferente do sujeito-falante. Quando refiro-me à família monoparental ou ao pai monoparental, falo do lugar de pesquisadora, de quem investiga o fenômeno, observa e analisa os enunciados que circulam pelo dito de quem fala sobre essa vivência. Os sujeitos ao falarem de suas famílias, ainda que as caracterizassem como sendo “eu, minha filha e meu filho”, por exemplo, ou, “eu tenho os dois meninos, a minha família é essa, né”, não atentavam até então, à nomenclatura dessa configuração. A exemplo: “[...] acredito que se não fosse por aqui eu não usaria essa palavra.” - “Pra ser sincero eu nunca parei pra pensar nisso.” - “Monoparentalidade... é fácil de entender o termo mas eu nunca tinha ouvido”. Ao prosseguir questionando os sujeitos acerca da denominação possível para sua configuração de família, visto a novidade manifesta em relação ao termo *monoparental*, estes pais se auto denominaram como “pai, pai sozinho”, “pai solteiro”, “pães”.

As falas explicitam uma aparente despreocupação com como poderiam denominar sua condição de pai. O que se evidencia é o ser pai. O ser “pãe”, assumir e efetivamente realizar as atividades que o social define como função de pai e função de mãe. Cotidianamente realizam um mescla de funções assumidas por pais que cuidam, educam, brigam, cozinham, limpam, convivem com seus filhos/as em meio a momentos de alegrias e adversidades como sucede em tantas outras configurações de família. Algumas falas explicitam o entendimento dos pais do que caberia à mãe e que assumem fazer: “Eu faço papel de mãe, né, de perguntar se já ‘tá’ transando, se não ‘tá’. Mandei pra médico, mandei tomar pílula, entendeu.” – “[...] Eu sempre fui pai e mãe mesmo, né. [...] Tanto é que eu que comprava o absorvente dela (risos), entendeu. Eu que levei no médico pra ver da primeira menstruação, né.”

Eu sou pai, a gente, às vezes, faz papel de mãe, mas não é a mesma coisa, claro que não. [...] eu vou muito pelo prático, vem cá eu faço um rabo de cavalo, um de cada lado [...] penteia o cabelo, [...] faz uma xuquinha aí, e ela faz. Então acho que nesse sentido, ah, de pinta a unha, que seria o papel. Aí que eu acho que seria o papel da mãe dela muito, né, pinta a unhazinha dela que ela gosta. Ou às vezes quer brincar com maquiagem [...].

Nas ações que acreditam condizer ao feminino, em que reproduzem uma compreensão produzida no/pelo social, desafiam e superam esses *ditos* quando buscam estar atentos às questões da feminilidade, como no caso dos pais que tem filhas. Buscam aprender a lidar ou tentam realizar fazeres que mães supostamente fariam, como, acompanhar ao ginecologista, pintar a unha, arrumar o cabelo. Também buscam a rede familiar, por exemplo, a avó ou a tia, figuras femininas que contribuem com a atuação do pai, e que também poderiam ser acionadas em qualquer outra configuração de família.

Assim como famílias outras, nas famílias monoparentais o que norteia o discurso destes pais é principalmente o modelo tradicional de família, embora também se encontrem tentativas de romper esse padrão de núcleo familiar:

Eu acho que eu sou, pode chamar de uma mistura de conservador com moderno, eu consigo fazer um pouquinho dos dois assim. [...] aquele núcleo onde tu faz refeições junto, onde tu troca experiências, onde tu pode ‘contá’ com a ajuda e com a opinião das pessoas que tão contigo. Não necessariamente, mãe, pai e filhinhos sabe.

Todavia, ainda que este trecho explicita a possibilidade de romper com o tradicional modelo, o predomínio ainda é o tradicional, o que seria *normal* conforme *o dito* destes pais. Em que o *não dito* é justamente, a conotação de incompletude, exclusão ou menos valia de qualquer outro modo de família. “Eu sou extremamente tradicional, (riso), por mais louco que dizem que eu sou, eu sou extremamente tradicional. [...] Mas eu gostaria de ter a familiazinha ali né.” - “[...] eu acho que o ideal seria todo mundo ter uma estrutura normal, pai, mãe, e os filhos ali, pra não ‘ficá’ pesado pra ninguém”. - “Eu acho que o ideal mesmo seria se tivesse completo. [...] A cultura tradicional, pai, mãe e filhos ali.” - “O melhor é o pai, a mãe e as crianças, é a figura da família [...]”.

Eu sempre quis ter aquela família normal, eu, a minha mulher, a minha filha e o meu filho ali, como já teve. Já tive isso, várias vezes. [...] Eu ainda quero né, ter uma família normal, acho que a minha filha também gostaria de ter. [...] É isso que eu quero, né, arrumar uma mulher, né, ou a mulher me arrumar, sei lá (risos), pra ficar junto e ter outra família. E daqui um pouco a minha filha sai fora, casa, e eu vou ficar com a minha mulher entendeu, e com o meu filho. E aos domingos vão almoçar lá em casa, que é o que todo mundo quer eu acho, né, e eu não sou diferente de ninguém. No momento eu não quero, né.

Nesses ditos se sustentam um *regime de verdade* acerca da família ideal conforme suas expectativas e desejos para o futuro. Explicitam em alguns momentos a repetição de padrões tradicionais, o enunciado da família da norma como sendo a família ideal baliza o discurso dos pais. Em outros momentos fica evidente que esta geração de pais, flexibiliza sua relação com os filhos, aspecto que se destaca a partir do momento que assumem a responsabilidade por eles após a situação de divórcio/separação. Nesta postura já se inscreve um pai diferente do pai

do modelo patriarcal. Pais que se defrontam com discursos opostos incitados no social, que colocam em xeque sua capacidade de cuidar dos filhos, porém são pais que sustentam a situação enfrentando as diversas dificuldades desta “nova” configuração. Afinal, até então, os sujeitos viviam sob o modelo tradicional de família que foi interrompido pela separação/ divórcio, conforme o caso dos entrevistados.

Com a monoparentalidade se desvela um cenário de novos aprendizados e adaptações para pais e filhos/as. “Então, houve a necessidade de se ‘separá’ e ‘configurá’ um novo estilo de vida, né.” – “Depois de dez anos de convívio que a gente se separou, já to cinco com eles, seis, sete, quase sete anos né, que eu já to só com eles.”

[...] depois de um racha feio, onde já tinha mandado pra psicóloga e coisa e tal, porque era uma menina travada, não falava nada, não contava nada da vida, não fazia nada em casa [...] se ficar aqui vai ter que entrar na linha, entendeu, vai ter que fazer [...]. Aí, depois dali a coisa melhorou bastante. [...] Teve alguns atritos lá, mas hoje ‘tá’ [...] Hoje ‘tá’ dez.

Os sujeitos entrevistados cada qual na singularidade de sua história frente à situação do divórcio/separação expressaram de algum modo que queriam ficar com seus filhos/as. Todos os pais explicitaram o viés da necessidade de ficar com os filhos/as ou com a sua guarda como algo que proporcionaria a completude destes e/ou à proteção e garantia de melhor qualidade de vida aos filhos/as, “não saberia viver sem eles” – “Eu não consigo viver sem eles.”

Minha vida, inclusive, veio pra me salvar né, minha filha. Minha vida era louca demais. [...] Minha filha veio pra dar uma baixada um pouco, pára aí, agora... Porque eu sou esse pai que não abandona né. Tem pai que só bota no mundo, eu não. Não sei da onde veio isso em mim, entendeu, talvez dos meus pais né. Que eu, eu brigo pra ficar!

Quando eu imaginei me separando e vendo os meus filhos com ela eu entrei em pânico, sabe. Porque ela também não é uma mulher normal entre aspas, ela é uma mulher que, não é aquela mulher que cuida da casa, que fica dando banho no filhinho tal. Na verdade, eu que dava banho desde pequeno, só que ela sempre gostava muito de trabalha.

Neste último trecho se explicita supostamente o enunciado da subversão da mulher à norma, do que seria condizente ao feminino, quando não cuida da casa ou dos filhos como seria “adequado” aos ditames do social. E que por sua vez, incita a preocupação deste pai que se vê como o cuidador e acredita estar mais apto que a mãe em assumir o cuidado dos/as filhos/as. O fato de se envolver mais com as crianças nos cuidados domésticos legitima-o em seu discurso como pai presente e cuidador.

[...] ela era menos presente, naturalmente era menos presente, se preocupava mais com as coisas dela. É, não to qualificando ninguém ‘tá’! [...] e eu me preocupava mais com os filhos e com a idéia de ‘ficá’, de reuni tudo. [...] Ela não era muito presente nas situações que, na minha opinião contam mais, reunião de escola, médico, é... festa dos amigos.(pai se referindo à mãe dos/as filhos/as)

Um aspecto que fica demarcado na fala deste pai seria da ordem do essencialismo, como sendo da natureza de sua ex-mulher ser mais individualista, e preocupada com seu trabalho, e não aquela mãe tradicional, de modo que isso venha à desqualificá-la em certa medida como mãe e cuidadora. Conforme este pai, a mãe ideal seria aquela que se faz presente e participativa na/da vida dos filhos, antes de qualquer outro interesse pessoal, trazendo à cena o enunciado da mãe tradicional, como exímia cuidadora.

4.2. DISCURSOS E INTERDITOS - NORMA E GÊNERO

É comum aos quatro casos, além da monoparentalidade decorrer da mesma razão, foi o fato dos filhos/as escolherem ficar com o pai.

Aí ele falou: - ‘Pai, eu quero ‘morá’ com o senhor!’.
 Aí eu falei: - ‘Espera eu compra um colchão!’ Aí comprei um colchão, um fogãozinho duas ‘boca’ num lugarzinho ali bem ruinzinho assim, né. Bem simples ‘vamo’ ‘dizê’ assim. Aí ele foi ‘morá’ comigo.

Convém mencionar que em um dos casos, após a separação do casal a criança ficou inicialmente com a mãe e depois com a avó materna, momento em que o pai se manifestou disposto a responsabilizar-se e ficar com a filha. A avó e a tia pediram para deixar a criança sob os cuidados delas, o pai acatou devido ao momento que vivia, “atordoado demais”, conforme mencionou. E sua filha morou com elas dos 8 aos 15 anos, quando então decidiu morar com o pai. “Aí chegou com quinze anos – ‘Quero ir pra tua casa.’ (filha) – aí veio.”

Nesse caso em específico, aparece na fala do pai a possível conotação de desconfiança do feminino relativa ao risco que o masculino oferece quando não há presença da figura feminina. Como, na situação de convívio do pai com filha, pois quando criança, no período em que a filha morava com a mãe, esta não permitia que a filha dormisse em sua casa. Em sua fala explícita que a mãe parecia querer “sacaneá-lo”, visto o histórico de desentendimento do casal. Todavia, também suscita a desconfiança do que este pai poderia fazer com a filha, uma vez que a mãe libera a filha para dormir na casa do pai quando este começa a namorar. Embora não explicitado nem pela mãe ou pelo pai, a questão da sexualidade pode ser o risco velado, do que caracterizaria alguma violência. Mesmo o pai expressando a melhor das intenções, o estigma atribuído ao gênero permanece. Conforme explicita o dito do pai ao reproduzir a fala da mãe:

[...] a mãe dela não deixava ela dormir lá em casa. Aí eu tinha que acordar no domingo 7 da manhã pra pegar ela às 8, entendeu. Aí ficava das 8 às 8 da noite. [...] Até o dia que, aí eu comecei a namorar a mãe do meu filho, aí a mãe da minha filha liberou. – ‘Ah, agora ela pode dormir lá na tua casa.’

O trecho acima, ainda que possa ter diversas justificativas à postura da mãe, remete ao interdito da sexualidade, uma vez que a fala da mãe sugere desconfiar do pai, de modo a impor um controle no horário de permanência do pai com a filha. É a partir do momento em que este começa a namorar, ou seja, a presença de uma figura feminina que faz a

mãe deixar a filha dormir na casa do pai. Seria *sacanagem* da mãe somente? Ou estaria velado o receio de comportamentos incestuosos, sendo a figura do pai portadora de um perigo sexual. Conforme coloca Foucault (2001a) a sexualidade, a sexualização da família se coloca em torno do incesto possível vindo dos mais velhos. (p.345)

A questão da desconfiança e possíveis riscos da convivência do pai com os filhos/as, conforme um dos pais é algo que pode estar presente no discurso de algumas mulheres que se separam e compartilham ou perdem a guarda dos/as filhos/as, e também pelo jurídico que questiona o pai e o seu desejo pela guarda dos/as filhos/as. Nos processos de guarda de filhos/as o serviço social e a psicologia participam diretamente, realizando o acompanhamento do caso. Uma espécie de *vigilância* que coloca as ações do pai e da mãe em avaliação e que faz uso do poder judiciário para o controle e garantia da segurança de uma criança ou adolescente.

A juíza na última audiência, devido ao histórico todo da família anterior (situação de violência do casal), né, ela falou que a gente precisa ‘fazê’, ‘passá’ pelo laudo psiquiátrico do judiciário, né. [...] Na época eu senti, por exemplo, a psicóloga, ela tinha uma postura mais imparcial na questão homem, mulher. Já, eu senti que a assistente social puxava mais pra mulher.

No tocante a implicação do psicólogo/a do judiciário nos casos de guarda de filhos/as, Coimbra, Ayres e Nascimento (2008 apud CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2010) salientam a importância dos profissionais da área *psi* e pesquisadores problematizarem as articulações coletivas que contemplam diferentes instituições que atravessam *o tecido social, o judiciário* e aos profissionais envolvidos. Propõem o entendimento da *Psicologia como uma prática política, uma ferramenta de intervenção social e nós, como sujeitos comprometidos*. (2008 apud CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2010, p.27)

Ao se pensar sobre a questão dos riscos, assim como os pais, as mães também podem oferecê-lo, mas conforme um dos entrevistados, o social e a justiça parecem mais favoráveis à mãe. “Só que isso ‘tá’ se transformando numa ditadura feminista. Então, é a vontade da mulher. [...] E o que acontece, verdade seja dita, eu homem, eu pai, preciso de testemunhas, ela não precisa”. A percepção desse pai se fundamenta na vivência do processo de guarda dos filhos, enfrentando questionamentos

vindos do social e do judiciário, e por fim com a decisão da guarda do filho mais novo à mãe. Para este pai, um aspecto que pesou foi o fato de não ter uma companheira/ cônjuge ou uma união estável contribuiu para a decisão da juíza.

Porque no judiciário, quando você vai, a juíza já perguntou pra mim – ‘Você ‘tá’ com outra pessoa?’, eu falei que eu tava com outra namorada. – ‘Ah, mas você vai ‘casá?’’ Então, eu senti que se eu tivesse casado com essa pessoa ou coisa do gênero, eu teria ganhado a guarda do Gabriel (filho mais novo), entendeu. Então, pelo menos eu senti isso na audiência, né. Então, eu fico assim, pô, ‘péra’ aí, ‘qué’ ‘dizê’ que eu não tenho competência se eu ‘tive’ sozinho!

No trecho mencionado circula o enunciado da união estável como um dos requisitos para obtenção da guarda, trazendo a imagem da família tradicional como o ideal a ser privilegiado. Tal questão se relaciona aos escritos de Butler (2003) acerca dos poderes de normalização do Estado que traz a idéia do casamento. No caso desse pai, a necessidade de ter uma companheira estável ou planos nessa direção, de modo a assegurar o parentesco normativo da configuração de família.

Conforme o relato dos pais, nos casos de guarda compartilhada de um de seus filhos, se explicita que no discurso jurídico há lacunas que acabam favorecendo a mulher em virtude das características atribuídas pela sociedade ao feminino, à mãe, de modo que não oferece respaldo ao homem. Um dos pais salienta que as legislações visibilizam mais às mulheres, crianças e adolescentes, que aos homens, balizando-se na suposta fragilidade denotada a estes. Como, por exemplo, a Lei Maria da Penha, relativa à violência contra a mulher e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Ao homem, há uma lei geral, que nem sempre contempla às demandas de suas vivências, uma vez que leis são passíveis de interpretação do sistema jurídico, e na maioria das situações correspondem ao padrão dos valores sociais, que é constituído e constitui a norma. Como a exemplo, o maior número de mães com a guarda dos/as filhos/as, assim como famílias monoparentais femininas. Inspirado nos *Ditos e Escritos de Michel Foucault* (2005), verifica-se que os conjuntos discursivos que se colocam, ao se pensar em pais que buscam pela guarda dos filhos/as, não seriam novos, ao pensarmos nas Leis, no entanto, permanecem invisíveis, quando ainda são poucos os pais que ficam com a guarda. Para Foucault (2005) relações invisíveis não estariam no interior

dos discursos manifestos, mas poderiam emergir na *análise de sua coexistência, de sua sucessão, de seu funcionamento mútuo, de sua determinação recíproca, de sua transformação independente ou correlativa*. (FOUCAULT, 2005, p.94)

Nessa direção a queixa do pai recai na justiça não olhar o seu lado, “[...] a justiça sempre deixa com a mãe, né. Só se a mãe é uma doida drogada aí sim, aí fica com o pai, se o pai também não for, né”.

[...] a juíza concedeu porque é o padrão. Que eu acho errado, mas tudo bem, ‘tá’ na lei né! O padrão é em princípio vai ‘ficá’ com a mãe. Aí o pai tem que ‘prová’ que a mãe é horrível. Se ele não conseguiu ‘prová’ que a mãe é horrível ele não ganha a guarda, né.

Conforme no site da Associação de Pais e Mães Separados¹², para Marinho (2002) o caminho para um homem separado obter a guarda exclusiva dos filhos é cheio de obstáculos. No site Pai Legal¹³, onde pais promovem o debate, a investigação e o estudo sobre a paternidade e a guarda compartilhada, em um dos artigos disponibilizados sobre *Guarda dos filhos e preconceito ao pai*, Luvizetto afirma que a *Constituição Federal equiparou homens e mulheres e o Código Civil de 2002 (art. 1.583, § 2º) diz que a guarda unilateral será atribuída ao genitor que revelar melhores condições para exercê-la*. No entanto, consonante à fala de um dos pais da pesquisa, o autor afirma que para o Direito de Família há várias razões que direcionam a dependência da criança quase exclusivamente à mãe na primeira infância, *um pai só terá a guarda dos filhos se demonstrar que a mãe é uma má pessoa ao ponto de comprometer a segurança, a saúde, a educação ou a vida afetiva da criança*. (LUVIZETTO, sem ano)

O enunciado que circula nas situações de disputa de guarda é da ordem da natureza, do biológico, da necessidade da criança pela mãe, em que os discursos validam a guarda à mãe e destituem-na do pai. Pois, na cultura se construiu e se instituiu poder à mãe no que toca cuidar de filhos/as. E o pai precisa travar um embate com o judiciário e com a sociedade para validar outra verdade possível, a sua. *O discurso é o*

¹² <http://www.apase.org.br/16024-oglobo.htm>

¹³ <http://www.pailegal.net/guarda-compartilhada/artigos/719-guarda-dos-filhos-e-preconceito-ao-pai>

próprio espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos. (FOUCAULT, 2004, p.61)

Para Foucault (2009)

[...] em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2009, p.9)

Acerca do envolvimento do pai nas atividades cotidianas com o filho/a, em alguns dos casos a participação deste aparece antes mesmo da separação do casal. São pais que explicitaram em suas falas estarem mais atentos aos cuidados dos/as filhos/as do que as mães estariam, sendo então, um dos aspectos que contribuiu na escolha dos filhos/as em ficar com o pai. “Olha, eu nunca tive dificuldade de cuidar deles assim. Eu ‘tô’ cuidando há dois anos. Eu me separei há dois anos e eles ficaram. Eu nunca tive dificuldade porque eu sempre cuidei desde que eles nasceram assim.”

Estes pais afirmam que, pela satisfação da paternidade querem continuar tendo os filhos sob sua responsabilidade e cuidados, assegurando o convívio diário quando ficam com a guarda. Ainda que nas situações de acordo ou disputa de guarda dos filhos/as haja explícitas disputas de poder, o que predominou com maior importância nos trechos obtidos foi a preocupação com o bem-estar dos filhos/as, além do orgulho e satisfação de ser pai. Ao assumirem sozinhos a responsabilidade se sentem potencializados, parecem ascender a uma posição de *maior valor*, de superação dos padrões relativos aos cuidados e responsabilidades atribuídos ao homem. “[...] E como eu te falei, como eu sempre fui muito presente na educação [...] Sempre quis muito participar, chegava do trabalho e ia fazer, ia dar banho, ia trocar, ia brincar, ia fazer dormir.” - “Eu tenho orgulho, não posso negar, eu fico com orgulho. Tu agüenta na mão assim, sabe. Pô, to conseguindo.” Estes ditos exemplificam a potencialização da *verdade* de ser pai e assumir esta responsabilidade sozinho, sem cônjuge. Explicitando o enunciado de pai que cuida de filhos/as com êxito.

A situação de ser pai monoparental, ou “pai só”, conforme alguns destes pais se denominaram, evidencia através de suas falas o desafio dessa vivência. Procuram o melhor desempenho possível enquanto pai e

cuidador. O modo como os filhos/as se relacionam com estes pais e com os demais, suas demonstrações de bons hábitos, o bom desempenho em algumas atividades, são exemplos que legitimam os esforços e o mérito que cada pai parece atribuir a si pelos cuidados aos filhos/as e responsabilidade assumida. Mostram-se satisfeitos com seus filhos/as e potencializados pela sua prática paterna. “Eu sou um pai presentão né.” - “Eu sou um pai pra cuidar, pra participar, pra educar, pra ‘tá’ junto. Acho que tive isso da minha mãe, do meu pai. Meu pai era meio ausente, mas era presente ali, presente todo dia em casa.” Nesta última fala, fica explicitado o fato da presença do pai não condizer ao sinônimo de participatividade, logo em sua família de origem configurada ao modelo tradicional a posição que seu pai ocupava era correspondente a de muitos pais da década de 60, 70 e 80. É dos anos 90 em diante que se começa a ouvir efetivamente sobre a participação dos pais no cuidados dos filhos. Em se tratando de pais monoparentais que assumem tal responsabilidade para si é ainda mais recente. Segundo Trindade (1991) o envolvimento paterno na criação dos filhos/as é muito maior que antigamente. E o homem de hoje passa a reivindicar seu espaço e o reconhecimento, sua importância na família em outros âmbitos, além de tradicional provedor.

[...] eu vejo nos frutos que eu to colhendo né. Então, assim, eu tenho um orgulho em dizer que eu tenho muita sorte com os dois assim, porque são crianças bem educadas, amáveis, assim... Quando eles chegam na escola, na reunião de pais e mestres, é, os vizinhos, os amigos, todo mundo que conhece as crianças assim... Não ‘tá’ errando tanto digamos né, em querer passar coisas boas pras crianças assim. É claro que, às vezes, eu sinto falta assim, de ter alguém pra dividir.

A norma incita uma exigência por parte dos próprios pais, além do sistema que aplica seu regime de controle através de legislações e práticas de vigilância aos sujeitos. Estas se exacerbam nas situações compreendidas fora dos padrões tradicionais. Pois, ao mesmo que somos inscritos pela norma, reproduzimos a mesma, perpetuando uma coerção velada de modos de ser e viver. O trecho acima explicita que a aprovação vinda das pessoas que acompanham a participação do pai na vida de seu filho e filha, e como esses correspondem a um comportamento ideal, parecem reinserir esse pai em um espaço do qual tende a ser desafiado e até marginalizado.

Algumas falas trazem a tendência do pai em direcionar o filho/a para um caminho aceito ou bem visto pela norma. O diferente desta pode ser problema, como por exemplo, a possibilidade de ser *gay*, *emo*:

[...] tem horas que ele vem com essa história de emo, eu disse: - ‘Isso é coisa de veado né cara!’ Coisa de cabelinho pra frente, daí pô. [...] daqui a pouco ele tava querendo ser emo e eu coloquei o que é emo. [...] O emo são um bando de veadinho e lésbica né, que ficam ali... não sei se tu conhece a turma que fica ali na beira mar se beijando... ‘[...] Só tem emo na tua turma? Não... Então, tem o esportista, tem o nerd, tem o que estuda, entendeu. Vai pro lado do esporte meu filho, vai pro lado do que tira dez. Não vai pro lado da aparência, do emo [...]’, entendeu?

Essa fala traz à baila a problemática da heteronormatividade, a norma como enunciado, a não aceitação da sociedade e as possíveis escolhas do filho, que poderiam colocar em risco o êxito do exercício da paternidade, e posicioná-lo num espaço marginalizado, assim como escolhas diferentes da norma estariam.

Na vida cotidiana, o fato de os filhos estarem sob o cuidado/guarda dos pais e não de mães gera uma reação de surpresa em algumas pessoas, segundo os pais. Por sua vez, acreditam que pelo fato dos filhos/as ficarem com a mãe na maioria dos casos de separação/divórcio, é que se inscreva essa lógica que se perpetua no/pelo social. Em suas vivências os enunciados que lhes atravessam podem ser destituídos pelo fato de sua real vivência monoparental exprimir que pai também pode ficar e cuidar de seus filhos com comprometimento e qualidade. E se faz possível outras possibilidades, diferentes da norma que funcionam e se legitimam. “Eu acho que as pessoas tão precisando ‘falá’ sobre isso exatamente. Tem gente que ainda olha com o nariz torcido.”

[...] tipo, quando você mostra a foto deles aqui, aí a ideia já é: - ‘ah tu ‘tá’ separado. Então eles tão com a mãe, tu anda com a fotinho aqui pra ‘ficá’ lembrando das crianças.’ – ‘Hã,hã (negação), eu vejo eles todo dia. Eu vou pra lá e eles vão ‘tá’ lá, fazendo alguma coisa lá em casa.’ (pai, riso) Mas a ideia das pessoas é que eles ficam com a mãe. Aí quando fala que ‘tá’ com você, - ‘Mentira? Sêrio?’

Em outro trecho o pai traz justamente um olhar crítico sobre predomínio dos filhos/as ficarem com as mães nas situações de separação/divórcio, como uma prática legitimada não só pela sociedade, mas também pelos próprios pais, de modo a enunciar a repetição de um padrão que foi subjetivado como norma:

[...] todo homem tem essa capacidade, e ele só é um inútil mesmo porque ele acha que tem que 'mantê' aquele mesmo padrão que o pai dele tinha e que o pai dele tinha. Isso é um padrão social que se repete direto e há uma resistência masculina porque é mais confortável mesmo. O machismo, ele na verdade, ele policia esse conforto, porque é mais confortável pro homem. Pô, tu te separa ele fica lá com ela, tu só passa uma grana lá, e deu, entendeu. [...] Não tô criticando o sistema, eu acho que o sistema certo tem que 'sê' assim, se não a maioria dos homens não pagam mesmo. Eles são muito 'esperto'. Eles acabam não pagando. Mas pro homem que se dispõe a 'cuidá' deles, mesmo que ele tenha que 'botá' uma secretária do lar pra 'fazê' isso, é mais fácil. É bem mais fácil, porque ele enxerga de perto o que 'tá' acontecendo.

Este é um dos casos em que os filhos/as vivem com o pai há mais de cinco anos e tem contato com a mãe quando desejam. Esta contribui financeiramente na educação de um dos três filhos/as, sendo que o pai custeia o estudo do outro e a filha mais velha estuda em escola pública. As práticas cotidianas deste pai com seus filhos poderiam ser compreendidas como práticas tradicionalmente atribuídas à mãe, como, providenciar refeições, a limpeza e organização da casa, conversar com a filha sobre sexo, entre outras, e que no entanto, algumas delas o pai já realizava antes mesmo de separar-se. Nesse caso, a monoparentalidade estreitou ainda mais os laços afetivos da relação do pai com seu casal de gêmeos e sua filha. A exemplo, um dia padrão da organização da família:

[...] eu procuro fazer pelo menos uma refeição do dia que a gente consiga se encontra, e isso eu consegui ‘mantê’. Por isso que eu falei que às vezes eu sou meio tradicional em algumas coisas [...] Eu diria que hoje a única rotina real que a gente tem é a da manhã, cedo, quando assim acorda pra cada um inicia as suas funções. [...] E com relação à organização das funções da casa, como a gente ‘tá’ vivendo numa Bósnia lá (riso), eu delego funções, porque não tem como a gente ‘dizê’ assim, a tua responsabilidade é a louça, a tua é não sei que, porque um dia tem muita louça outro dia não tem. [...] A gente conversa muito sobre o que é, o que não é certo, o que é ético, o que não é. [...]

4.3. MODOS DE SER E FAZER O COTIDIANO COM OS FILHOS/AS

A respeito de como a família monoparental organiza o seu funcionamento cotidiano, os pais se preocupam com os diversos aspectos implicados com os filhos/as e a casa, que por sua vez abarcam: afazeres domésticos e de higiene, acompanhar o desempenho e/ou comprometimento com os estudos, alimentação, atenção e momentos de diálogo e afeto com os filhos/as, etc, e que funcionam conforme a dinâmica estabelecida por cada família. Um aspecto em comum a todas se refere às atribuições domésticas e de higiene, em que os pais ainda que anseiem pela casa limpa e organizada, parecem conviver bem com os períodos de “zona”, “faixa de gaza”, “bagunça”, como alguns deles se referiram. Porém, da limpeza da casa, na maioria das vezes quem assume é o pai, e a participação do filho/a faz parte deste fazer se desejar a casa limpa. Algumas vezes acionam uma empregada doméstica ou diarista para além de limpar e organizar a casa, cuidar do filho/a, nos casos de pais com crianças. “Sou eu, ou então eu pago alguém pra ir ‘dá’ uma faxina melhor assim. Mas a limpeza mesmo, assim do dia, aí sou eu.”

Outra prática comum aos pais se refere à atenção à alimentação e preocupação com os estudos, há aqueles que preparam as refeições, ou que trazem marmita, mas de algum modo estão atentos. Há pais que vão às reuniões da escola, ou querem saber das tarefas, e há aquele que nem precisa perguntar, pois o filho já está com a tarefa pronta. Em todas as práticas exercidas a questão do cuidado e preocupação com os filhos/as se atravessa. E se costumeiramente a maioria dos cuidados eram atribuídos à mãe, mais uma vez estes pais explicitam o enunciado de superar a norma

generificada, de sujeitos que se constituíram como pais a partir do momento que tiveram filhos/as e que assumiram fazeres. Independente do gênero é possível aprender e fazer estas e tantas outras práticas. *Todas las funciones parentales pueden ser compartidas, delegadas o transferidas, salvo la de la concepción y el nacimiento, que pueden discutirse o negociarse em su propia realidad.* (CADORET, 2003, p. 168)

[...] basicamente é: A gente acorda, café da manhã, providencia café e tal, leva pra escola... de manhã. E aí eu tenho a manhã pra ‘fazê’ as minhas coisas, ou trabalha, ou ‘fazê’ alguma coisa pra mim porque eles não estão. Então é onde eu aproveito pra ‘fazê’ o que eu preciso ‘fazê’ e aí tem que ‘providenciá’ almoço, eu busco eles meio dia. Aí já ‘tá’ providenciado o almoço. [...] Mas eu sempre me viro, bem assim. Tipo, faço... deixo bem claro que pra ficar comigo também tem que ajudar.

Acerca do contato dos filhos com a mãe, além de um dos casos já mencionado, em mais outro caso os filhos têm acesso à mãe no período de férias escolares, pois mora em outra cidade. No outros dois dos quatro casos os filhos têm dificuldades de relacionamento com a mãe, sendo um dos motivos que contribuiu pela escolha de ficar com o pai.

Porque a mãe ‘tá’ totalmente afastada, assim, a mãe tem um ódio da irmã e da mãe dela, e a minha filha não suporta isso. Então, a mãe ‘tá’ isolada, a mãe é doente na real, é doente, é uma... beira à esquizofrenia aí, até mesmo, né. Porque a minha filha diz assim: - ‘Não fala mal da minha vó e da minha tia se não eu não quero mais te ver!’, e a mulher vai lá e fala mal, entendeu. E aí chora, e depois perdoava, e agora ela não ‘tá’ perdoando. Tanto é que no dia das mães eu disse, - ‘Vem cá tu não vai ‘vê’ tua mãe?’ - ‘Não, eu não vou ‘vê!’ (filha).

Pais monoparentais, no cotidiano junto a seus/suas filhos/as, deparam-se com algumas dificuldades, a começar pela discriminação sentida por alguns deles em situações corriqueiras como ir à papelaria, por exemplo.

[...] dificuldade é essa, de discriminação mesmo, discriminação pura. Pura discriminação. [...] Aí ela olhou pra mim com desdém sabe, como se fosse o fim do mundo o pai ‘cuidá’ das crianças. Então, tem dificuldades de discriminação. Pouco apoio, pouco reconhecimento, vamos dizer assim, né, dos pais que cuidam dos filhos. Pouco apoio da sociedade.

E o que eu sinto, é que a mulher, por exemplo, você vai conseguir uma vaga na creche, se for um mulher lá, mãe monoparental, vou pegar a tua definição, ‘tentá’ uma vaga, ela vai conseguir. Se for um pai monoparental vai ‘tê’ que se ‘virá’ pra conseguir. [...] Vai ‘sê’ muito mais difícil, na sociedade que a gente ‘tá’. Essas dificuldades eu tive [...].

Em relação ao relacionamento com seus filhos/as, a adolescência é mencionada como um período difícil de lidar. Dentre os entrevistados, três deles driblam algumas situações específicas em que atribuem à adolescência e às oscilações hormonais a dificuldade de entendimento ou comportamentos que contrariem à vontade do pai, ou, que não sejam bem vistos pelo social. “A maior dificuldade que eu ‘tô’ sentindo, já passei com ela e to passando com ele agora, é quando eles entram na adolescência né. Porque o adolescente é aquele que não sabe se é criança ou se é adulto né.”

[...] dificuldade é ‘lidá’ com os hormônios deles (riso), porque eles são muito ‘diferente’, os três, sabe. E tu ‘consegui’ ser mediador de uma relação de três pessoas, três adolescentes da mesma idade basicamente, com os hormônios a mil, é muito mais difícil do que eu imaginava, sabe.

Então eu descobri que uma coisa maravilhosa com adolescentes, é tu ‘dizê’ que não sabe o que ‘respondê’! Porque eles voltam pra ti com ideias, todos eles voltam com ideias e a gente acaba juntos chegando a uma conclusão do quê que é melhor, sabe.

A questão da sexualidade também é um assunto que parece exigir mais destes pais, sejam as situações da iniciação sexual da filha, sejam as situações de “TPM” (tensão pré menstrual) e oscilações no humor destas. Já com os filhos homens, a sexualidade aparece com mais tranquilidade. Um dos entrevistados relata:

[...] quando ela tinha 15, tava dirigindo com ela, indo pra casa de um amigo meu que toca comigo e ela disse assim, deu aquele silêncio normal que às vezes dá, ela virou pra mim e disse assim – ‘Não sou mais virgem.’ Ah, parei o carro né, começou a ‘tremê’ tudo. Eu tava sozinho com duas meninas, aí, eu já sabia que isso tava acontecendo, de alguma forma ia acontecer [...] Primeiro eu pedi que ela não me falasse mais nada por um tempo porque eu tava meio atordoado. Aí depois eu disse pra ela que sim, eu já imaginava que isso ia acontecer cedo ou tarde, só que eu achava que ia ser um pouquinho mais tarde em função de toda a conversa que a gente tinha sobre esse assunto.

No tocante à sexualidade, tomar conhecimento que filha adolescente transa, conforme o trecho mencionado, suscitou no pai desconforto e a contrariedade por ter sido “cedo” a primeira experiência da filha. Entretanto, a impressão que se tem é que não se trata do momento em que acontece tal experiência, mas sim do significado que suscita no pai e pelos próprios ditames da sociedade. A tendência que se percebe na relação de pais e filhos/as, quando não se fala explicitamente das primeiras experiências sexuais, é que supõem que isto aconteça a partir de certa idade. É somente a suspensão de um obstáculo, a quebra de um segredo, que pode abrir um caminho para conduzir até o sexo que está fora do discurso. (FOUCAULT, 1999, p.36) Todavia, ficar na posição de não sabê-lo parece mais confortável para alguns pais. O enunciado do tabu do sexo se presentifica, trazendo a concepção de que possa ferir, macular a sexualidade da mulher. Esta questão, em diferentes momentos históricos teve a sua repercussão na vivência da sexualidade dos sujeitos, estando a mulher numa posição de desvantagem em relação ao homem. É nas últimas décadas que o exercício da sexualidade feminina ganha maior expressividade na vida privada e no social, transpondo a repressão sexual. Ainda assim, ao ser atravessada pela lógica cristã é um assunto que incita conflitos e aprisiona sujeitos em uma verdade geralmente limitadora, quando fundados nessa lógica. Contudo, os/as jovens deste tempo cada

vez mais cedo vivenciam a primeira transa, e os pais entrevistados ainda que mantenham suas reservas e preocupações mostram-se mais parceiros e flexíveis na relação com seus/suas filhos/as. Para Foucault (2003), o simples fato de falar do sexo e de sua repressão possui um ar de transgressão deliberada, destituindo a proibição, a inexistência e ao mutismo. (p.12)

Outra dificuldade mencionada se refere a manter relacionamentos com novas parceiras, visto que, são homens com filhos/as, pais monoparentais que explicitamente priorizam seus filhos. São pais participativos, engajados e comprometidos em fazer o melhor pelos/as filhos/as, deixando sua vida afetiva em segundo plano, sem hesitar abrirem mão de outros desejos pessoais. “Na verdade eu isolei tanto essa questão porque eu achava que meu compromisso como pai era muito maior do que o meu compromisso com um possível novo relacionamento, novo amor, novo qualquer coisa do gênero.” – “E a reclamação (das mulheres) é ‘ah, você é muito dos filhos’, mas o que eu posso fazer?! [...] Pra mim hoje em dia vem em primeiro lugar os meus filhos e o resto, entendeu.”

Ah, esse é um problema que tu pode cita ‘tá’, o cara que tem filhos, que ficou com filhos pra consegui uma namorada ou pra ‘estabilizá’ uma relação de namoro é a maior dificuldade que tu pode imagina. Porque ele é o verdadeiro “kit família” né! Qual é a mulher que tem filhos que ‘qué’ um cara com um monte de filho? [...] Então isso se torna um problema grave, porque tu ‘consegui’ ‘mantê’ uma relação principalmente se a mulher não tiver filho é terrível. Porque ela realmente vai se acha em desvantagem, com justiça eu acho, mas c’est la vie. (riso)

Acerca da vivência monoparental masculina implicar menos contato dos filhos/as com a mãe, ou com uma figura feminina, na percepção de alguns desses pais é um aspecto compreendido como desvantagem. Mencionam que há situações em que o apoio ou auxílio de alguém faz falta para lidar com o filho/a. E no tocante ao gênero, nem sempre esses pais concordam que a figura feminina faça falta, mas a direção dos ditos vai ao encontro do modelo normativo segundo o qual ter a presença da figura masculina e feminina seria o ideal.

[...] eu enxergo no caso do homem, no meu caso, falta mais apoio da sociedade, mas mesmo assim, pra mulher também, que cuida das crianças, tem que ‘tê’ o lado masculino, [...] não importa, tem que ‘tê’ ambos ali pra cuida, eu acho assim! [...] E isso atrapalha as crianças, de fica um cônjuge só cuidando, atrapalha as crianças, por mais boa vontade que se tenha, que se ame, por mais que se queira ‘cuidá’, né. Tem que ‘buscá’ os outros lados, né, e a mãe eu acredito que tenha que busca também o lado masculino pra mostra.

Convém mencionar que dois pais manifestaram não fazer falta a figura feminina, entretanto, um dos pais sinalizou esta participação como uma contribuição para a sua intervenção de pai na educação da filha. “Então, tipo assim, existe uma união aí, entre eu, a minha ex-cunhada e minha ex-sogra na educação da minha filha. Então, ela é fortalecida por isso eu acho, entendeu.” Este pai traz a idéia da rede de apoio, ao compartilhar algumas questões em relação a sua filha adolescente, com a avó e a tia maternas. Assim como, o pai que tem um filho e uma filha crianças, e conta com o apoio de sua mãe para cuidá-los quando precisa trabalhar à noite e não pode deixá-los sozinhos.

Minha mãe é quem mais ajuda. Eu tenho a minha irmã que às vezes “quebra galho” porque a minha mãe não pode fica. [...] Se eu trabalho à noite eu deixo eles dormi na minha mãe, pra não ter que acorda e tal quando ‘chegá’.

São casos que exemplificam as contribuições da rede de apoio, seja ela composta por avó materna ou paterna, tia, empregada ou diarista e até a psicóloga, também mencionada em algumas falas, todas, figuras femininas que em alguma medida podem auxiliar estes pais em algum momento da sua vivência com seus/suas filhos/as. Todavia, este fato não significa a insuficiência ou dificuldade do pai lidar com estes/as, mas nos casos em questão se coloca a necessidade de partilhar essa vivência de ser pai, suas dúvidas e eventuais inseguranças com alguém, independente de ser uma figura feminina necessariamente. O que fica explicitado, em algumas falas é a participação do feminino para oferecer alguma referência acerca do gênero e seus fazeres, e não porque o pai não tenha dado conta de seus afazeres e responsabilidades junto aos filhos/as. Inclusive experimentam alguns cuidados que seriam corriqueiros para a

mulher, como fazer algum penteado no cabelo, no caso da filha ser menina. “[...] nunca me vi inseguro. Porque eu sempre... fui casado muitas vezes, convivi com mulheres entendeu, o tempo todo. [...] às vezes eu falo com a tia dela né.” Segundo Trindade (1991) *tem aumentado o número de pais divorciados que solicitam judicialmente a guarda dos filhos, sem precisar recorrer a avós e tias para demonstrar que a criança será bem cuidada.* (TRINDADE, 1991, p.65) O que mostra que pais assim como mães podem suprir as necessidades dos filhos/as com qualidade correspondente.

Através da análise traçada acerca dos diversos aspectos imbricados com a monoparentalidade masculina, não se esgotam as possibilidades de leitura e ampliação do estudo. No exercício de pinçar os enunciados destes pais se explicitaram verdades que algumas vezes intentam atender à norma. Os modos de ser e fazer destes pais, embora se balize pelo tradicional modelo de família, ousa outros modos de estar no mundo e se relacionar com seus filhos/as e sua rede. Pensar na significação atribuída por estes pais a sua família vai muito além da compreensão de como esta se configura ou caracteriza, abrange uma gama de aspectos construídos em suas vivências. Sujeitos que se subjetivam como pai, “pãe”, “pai só” ou “pai solteiro” engendrados nas vicissitudes da parentalidade atentos ao cuidar, educar, amar, entre outros fazeres. Contudo, são pais que persistem em ficar com seus filho/as, optam por essa responsabilidade em virtude das circunstâncias e enfrentam as eventualidades cotidianas driblando uma a uma, tendo êxito ou não, a caminhada de ser pai prossegue na busca pela visibilidade social e reconhecimento.

REFLEXÕES QUE *CIRCULAM* E OUTRAS QUE HÃO (DE)VIR

Ao desenvolver esta pesquisa, tendo como ponto de partida as rupturas dos modos de ser e fazer na contemporaneidade, a atenção esteve voltada para a família monoparental masculina, buscando além de compreender a significação de homens pais à sua família, dar visibilidade ao seu funcionamento, contribuir com a sua legitimidade, trazendo um recorte da realidade desses pais com seus filhos e filhas engendrada no convívio familiar. Em certa medida, dar voz a pais que ao trazer à cena esta configuração de família, colocam em questão padrões normatizados e generificados oportunizando brechas para outros modos de ser e fazer família(s). Mello (2003) corrobora que o *reconhecimento social dessa modalidade de família vem ganhando legitimidade cada vez maior*. Fato, que contribui *decisivamente para que crianças filhas de pais solteiros ou divorciados deixem de ser vítimas da discriminação, estigmatização e marginalização[...]* (MELLO, 2003, p. 23)

Desse modo, pais que desmantelam com a lógica tradicional e essencialista, que atribui o cuidado dos filhos/as e do lar às mães, assumem tais cuidados com êxito e satisfação em meio às vicissitudes cotidianas. Por sua vez, corroboram com as pesquisas relativas à paternidade na contemporaneidade, de pais participativos, engajados com seus filhos em sua educação e afazeres domésticos, conforme as pesquisas de Trindade (1991) e Olavarría (2001). Pais que dão conta destas e outras responsabilidades assim como mães o fariam a priori, desvelando um cenário de novos aprendizados e adaptações para pais e filhos/as.

Todavia, conforme os sujeitos entrevistados, ainda esbarram-se na discriminação, nos discursos que interditam por parte do social e do sistema jurídico, quando percebem a tendência da guarda de filhos/as ser concedida à mãe, e ao se depararem com a vulnerabilidade das próprias leis que não contribuem para que os pais se sintam respaldados. Muito embora, constitucionalmente se proponha a equidade entre homens e mulheres. Para Cadoret (2003) *al igual que las demás sociedades, desde las más exóticas a las más próximas, la nuestra atribuye unos padres a unos hijos y unos hijos a unos padres, a través de nuestras prácticas y nuestras leyes*. (CADORET, 2003, p.14)

Pais que frente à situação do divórcio/separação expressaram de algum modo a necessidade de ficar com os filhos/as ou com a sua guarda, implicados com a completude do ser pai, possibilitadas pela proteção, cuidado e credibilidade em garantir qualidade de vida aos filhos/as. No tocante às condições parentais econômicas, visto que cada vez é mais

freqüente mães chefes de família, embora nem sempre monoparentais, estas contribuem com o predomínio da monoparentalidade feminina, uma vez que tem condições de prover seus filhos e suprir os cuidados e responsabilidades correspondentes. Porém, homens - pais que se direcionam ao mesmo propósito, de cuidar e prover, educar e se responsabilizar, não raro, acabam por se defrontar com o descrédito do social, que questiona a sua capacidade de cuidar e conciliar a sua vida com seus filhos/as que optaram em ficar com o pai. Contudo, também são os sujeitos deste mesmo social que surpreendem-se com pais que ficam com os filhos/as e cuidam deles sozinhos, salvo os momentos que tem alguma intervenção da rede de apoio. Desse modo, creditando o seu fazer, quando o êxito dessa configuração de família é constatado em suas vivências cotidianas. Nesse sentido, bem como coloca Foucault (2004a) o sujeito se torna objeto de conhecimento em meio aos processos de objetivação e subjetivação.

É justamente na sociedade e na cultura vigentes que os sujeitos pais monoparentais ao serem atravessados pela norma que os constitui, também por eles é reproduzida. Quando, por exemplo, o enunciado do modelo tradicional de família permanece como o ideal. Entretanto, se estabelece um paradoxo curioso, uma vez que explicitam a satisfação de estar com seus filhos/as e avaliam positivamente a monoparentalidade no tocante ao convívio com seus filhos. A situação problema para estes pais seria permanecer ou estar com a ex-cônjuge ou companheira. Todavia, fica explicitado o desejo de ter outra companheira em algum momento ou alguém com quem possam dividir as questões que surgem da relação com os filhos/as. No entanto, a ênfase no cuidado e preocupação com os estes se sobrepõe às questões afetivas dos pais com outrem. Por sua vez, somam-se à dificuldade de estabelecer um novo relacionamento afetivo amoroso pelo fato de ter filhos/as, sendo um “kit família”, como eles próprios mencionaram.

Por fim, é neste e em outros cenários parentais que as relações de poder são tramadas nas vivências cotidianas dos sujeitos, em alguns momentos se sobrepõem relativizando posições entre homens e mulheres, pais e filhos. Bem como coloca Foucault, se trata da posição estratégica em que o sujeito se coloca ou é colocado em virtude das circunstâncias. Nesse momento da história ocidental, homens-pais cada vez mais vêm conquistando um maior espaço na relação com os seus filhos/as, confirmando uma postura horizontalizada e participativa. Muito embora, o espaço da mãe ainda pareça assegurar uma maior valorização pelo social, onde desconstruir modelos normatizados é um fazer em processo de (des)construção, enfatizar a vivência destes pais com suas famílias abarca

a preocupação dos modos de ser e viver, exercer a parentalidade independente do sexo/gênero. Para tanto, em concordância com Pinheiro, Galiza e Fontoura (2009) acerca do papel do Estado no que tangencia a legalidade e políticas públicas às famílias, cabe uma intervenção *mais propositiva*, em que além de *assegurar proteção social e legal às famílias, em suas mais variadas composições*, precisa também *estimular o processo de transformação das convenções sociais de gênero na direção de uma sociedade mais igualitária*. Nesta direção, compreendo que o movimento para a visibilidade de famílias outras, que não somente a tradicional, já esteja em proeminência no Brasil, a necessidade é prosseguir ampliando à sociedade as compreensões e possibilidades de família na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; BRAGA, Maria da Graça Reis. Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982006000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso 14 Fevereiro 2011.

ARIÈS,Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2ª edição, 1981.

ARILHA, Margareth. *Homens entre “zoeira” e a “responsabilidade”*. In.: ARILHA, M.; MEDRADO, B.; RIDENTI, S. G. U. (Orgs.). *Homens e Masculinidades: Outras palavras*. São Paulo: ECCOS/Ed.34. 1998.

BITTELBRUNN, Edna. *Paternidade Solitária: Limites e Possibilidades*. Salvador, BA, 2008. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea) Universidade Católica do Salvador.

Disponível em <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20081828003012004P7>> Acesso 18 julho 2011.

BUTLER, Judith. *Mecanismos Psíquicos del Poder – Teorías sobre la Sujeción*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2001.

_____. O parentesco é sempre tido como heterossexual? In.: *Cadernos Pagu* (21) 2003: pp.219-260.

_____. *Language, poder e identidad*. Madrid: Síntesis, 2004.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BRAUNER, M. C. C. O pluralismo no direito de família brasileiro: realidade social e reinvenção da família. In: WELTER, B. P.; MADALENO, R. H. *Direitos fundamentais do direito de família*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004.

BRITO, Flavio dos Santos. Mulher chefe de família: um estudo de gênero sobre a família monoparental feminina. In: *Revista Urutágua* – revista acadêmica multidisciplinar, nº 15 – abr./mai./jun./jul. Publicação Quadrimestral. Maringá, 2008. Disponível em:

<<http://www.urutagua.uem.br/015/15brito.htm>>. Acesso 12 setembro 2010.

BRUSCHINI, Maria Cristina A. Resenha: A Teoria crítica da família. In: *Cadernos de Pesquisa*, 37: 98-103. São Paulo, 1981.

BRUYNE, P. et al. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CADORET, Anne. *Padres como los demás, homosexualidad y parentesco*. 1ª edição. Barcelona: Editorial Gedisa, 2003.

CARDOSO Jr., Hélio R. Para que serve uma subjetividade? Foucault, tempo e corpo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. [on line]. 18(3), pp. 343-349, 2009. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/prc/v18n3/a08v18n3.pdf>>. Acesso 12 fevereiro 2011.

CARVALHO, Maria Luiza Mello De. *Cuidado, sociedade e gênero: um estudo sobre pais cuidadores*. 2007. 2v. 295p. Doutorado (Tese) Programa EICOS de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em:

<http://www.psicologia.ufrj.br/pos_eicos/pos_eicos/arqanexos/arqteses/marialuizamello.pdf> Acesso 18 julho 2011.

COLCERNIANI, Cláudia Borges. *Família monoparental feminina e guarda de filhos: o que pensam os juizes de direito das varas de família?* Brasília, DF, 2010. Disponível em:

<http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/6199/1/2010_ClaudiaBorgesColcerniani.pdf>. Acesso 18 janeiro 2011. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia. Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências Técnicas para atuação do psicólogo em Varas de Família. 1ª edição. Brasília: CFP, 2010.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL. 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/CON1988_15.04.2004/index.htm> Acesso 17 Novembro 2009.

CORREIA, S. V. A articulação família-trabalho em famílias monoparentais masculinas In.: Wall, Aboim e Cunha. Estudos 6 - *A Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades*. Capítulo 4. p. 131, Lisboa, 2010. Disponível em: <http://www.cite.gov.pt/asstscite/downloads/publics/A_vida_masculino.pdf>. Acesso 18 Janeiro 2011.

COSTA, Jurandir Freire. A construção cultural da diferença dos sexos. In: *Sexualidade, Gênero e Sociedade*, Publicação Semestral, Ano 2, Número 3, junho de 1995, pp. 3-8.

DERRIDA, J.; ROUDINESCO, E. *De que amanhã... diálogo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

DICIONÁRIO AURÉLIO. Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com/dicionario.php?P=Contemporaneo>. Acesso em 31 agosto 2009.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 18ª ed. São Paulo: Loyola, 2009.

_____. *A arqueologia do saber*. 7º ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2008.

_____. *Arqueologia das Ciências e História dos sistemas de pensamento*. (Ditos e escritos Vol.II) 2. ed. Rio de Janeiro (RJ): Forense Universitaria, 2005.

_____. “Foucault”. In: *Ética, sexualidade, política*. Ditos e Escritos, vol. V, pp. 234-239. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a.

_____. Uma entrevista: Sexo, poder e a política da identidade. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. In *Verve – Revista do Nu-Sol*, São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, n.5, 2004, p.260-277.

_____. *História da Sexualidade Vol. 1 – vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 15ª edição, 2003.

_____. *História da Sexualidade Vol. 2 – o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 8ª edição, 1998.

_____. O Sujeito e o Poder. In.: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault - Uma trajetória filosófica – Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. *Cadernos Pagu*, Campinas, 1(1): 67-110, 1993. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/03112009-103208goldani.pdf>>. Acesso 6 novembro 2009

GONÇALVES, Monica Duarte da Silva. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em Psicologia. *Homens com a guarda dos filhos: sentimentos e reorganizações do cotidiano*. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2002.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira, 2002.

GROSSI, M.; UZIEL, A. ; MELLO, L. *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. A Família Brasileira. Rio de Janeiro, RJ (Brasil): IBGE, 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/familia.html>>. Acesso 10 dezembro 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
Família na definição do IBGE. Rio de Janeiro, RJ (Brasil): IBGE.
Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/glossario/familia_definicao.html>.
Acesso 9 dezembro 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2008. Rio de Janeiro, RJ (Brasil): IBGE, 2008.
Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1233&id_pagina=1>. Acesso 9 dezembro 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2009. Rio de Janeiro, RJ (Brasil): IBGE, 2009.
Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2009/indic_sociais2009.pdf> Acesso 12 janeiro 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
Síntese de indicadores sociais 2010: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, RJ (Brasil): IBGE, 2010.
Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf> Acesso 12 janeiro 2011.

LE GALL, Didier. La evolución de la familia en Francia: De la aparición del pluralismo familiar a la cuestión de la pluriparentalidad. *Espacio Abierto*. [online]. dic. 2008, vol.17, no.4 p.631-655. Disponível em:
<http://www2.scielo.org/ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-00062008000400005&lng=es&nrm=iso>. Acesso 13 fevereiro 2011.

LYRA, Jorge. Paternidade Adolescente: da investigação a intervenção. In.: ARILHA, M.; MEDRADO, B.; RIDENTI, S. G. U. (Orgs.). *Homens e Masculinidades: Outras palavras*. São Paulo: ECCOS/Ed.3, pp. 185-214, 1998.

MACHADO, Lia Zanotta. Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil. *Interface (Botucatu)* [online]. Vol.5, n.8, pp. 11-26, 2001. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832001000100002&lng=en&nrm=iso> Acesso 12 janeiro 2011.

MARTINS, Paulo César Ribeiro. COSTA, Ana Paula Denicoló da. BAJA, Sahar Juma Mahmud Mustafá. VAISBERG, Tânia Maria José Aiello. *Família monoparental: uma interface entre o direito e a psicanálise através de universitários*. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, 64, 01/05/2009 [Internet]. Disponível em http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6109. Acesso em 5 novembro 2009.

MEDEIROS, Maria das Graças Lucena. *Novos Arranjos Familiares: inquietações sociológicas e dificuldades jurídicas*. Anais ABEP, 2002. Disponível em:

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_Gen_PO11_Medeiros_texto.pdf>. Acesso 18 janeiro 2011.

MELLO, Luiz. *Novas Famílias: Conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 21ª edição. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLAVARRÍA A., José. Y todos querían ser (buenos) padres. *Varones de Santiago de Chile em conflicto*. Santiago, Chile: FLACSO –Chile, 2001.

OLIVEIRA, Débora de; SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; LOPES, Rita de Cássia Sobreira. **Impacto das Configurações Familiares no Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes: Uma Revisão da Produção Científica**. *Interação em Psicologia*, Rio Grande do Sul, 12(1), p. 87-98, 2008. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/psicologia/article/viewFile/9172/9213>>. Acesso em 25 janeiro 2010.

PERUCCHI, Juliana; BEIRAO, Aline Maiochi. Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. *Psicol. Clin.*, Rio de Janeiro, v. 19, n.

2, dez. 2007. Disponível em:
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652007000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 07 novembro 2009.

PERUCCHI, Juliana. *Mater semper certa est pater nunquam: o discurso jurídico como dispositivo de produção de paternidades*. Florianópolis, SC, 2008. 1 v. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

PINHEIRO, Luana; GALIZA, Marcelo; FONTOURA, Natália. Novos arranjos familiares, velhas convenções sociais de gênero: a licença-parental como política pública para lidar com essas tensões. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2009, vol.17, n.3, pp. 851-859. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v17n3/v17n3a13.pdf>> Acesso 26 maio 2011.

PINTO, Joana Plaza. *Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades*. DELTA, São Paulo, v. 23, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502007000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 novembro 2010.

POSTER, M. *Teoria crítica da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

RODRIGUES, A.R.; ABEICHE R. P. C. As multifaces da instituição família “forma-atadas” por sistemas econômicos, *Psico*, Porto Alegre, PUCRS, v. 41, n. 3, pp. 374-384, jul./set. 2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/6523/5859> Acesso 28 Janeiro 2011.

ROLNIK, Suely. Novas figuras do caos mutações da subjetividade contemporânea. In *Caos e Ordem na Filosofia e nas Ciências*, org. Lucia Santaella e Jorge Albuquerque Vieira. Face e Fapesp, São Paulo, 1999; pp. 206-21.

RUBIN, Gayle; BUTLER, Judith. Tráfico sexual: entrevista. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 21, 2003. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83322003000200008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 29 mar. 2011

SANTOS, Andrea Paula dos. Imagens e sons de histórias do tempo presente e do imediato: identidades e concepções de sujeito, memórias e subjetividades em (des)construção no cotidiano da História. *Revista de História Regional* 12(1): 101-129, Verão, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, v. 20, n.2, p.71-99, jul/dez. 1995.

SILVEIRA Filho, Paulo Argimiro da. *A interpelação ideológica: a entrada em cena da Outra Cena*. Universidade de São Paulo (USP), 2005. Disponível em: <<http://www.fundamentalpsychopathology.org/anais2006/5.97.1.htm>>. Acesso em 7 novembro 2009.

SINGLY, F. O nascimento do indivíduo individualizado e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In.: PEIXOTO, C. et al. *Família e individualização*. Rio de Janeiro: FGV, p.13-9, 2000.

SOUSA, Ana Paula de. Estudo comparativo das famílias monoparentais masculinas x monoparentais femininas: a influência do genitor no desenvolvimento familiar. Franca, SP, 2008. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/posservicosocial/AnaPaula.pdf> > Acesso novembro 2010. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Área de concentração - Serviço Social: Trabalho e Sociedade

SOUZA, Mériti de. Narrativas, conhecimento e homem simbólico: entrelaçamentos entre saberes e fazeres. *Rev. Mal-Estar Subj.* [online]. mar. 2007, vol.7, no.1, p.137-161. Disponível na World Wide Web: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso 17 novembro 2009.

SZYMANSKI, Heloisa. Teorias e “Teorias” de Família. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez: EDUC, 1995.

TONELI, Maria Juracy F. Práticas De/Na Intimidade: O que queremos dizer com isso? In: Org. MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge;

AZEVEDO, Mariana; BRASILINO, Jullyane. *Homens e masculinidades: práticas de intimidade e políticas públicas/* Recife: Instituto PAPAI, 2010. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/homens_masculinidades.pdf> Acesso 12 junho 2011.

TRINDADE, Zeidi Araújo. As representações sociais da paternidade e da maternidade: implicações no processo de aconselhamento genético. 1991. 211 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

VIEIRA, Joice Melo. Transição para a vida adulta no Brasil: análise comparada entre 1970 e 2000. *Rev. bras. estud. popul.* [online]. 2008, vol.25, n.1, pp. 27-48. ISSN 0102-3098. doi: 10.1590/S0102-30982008000100003.

VILLA, Alejandro M. Sexualidad, reproducción y Paternidad: una introduccional analisis de La demanda social em lãs relaciones de gênero. In.: PAULA, Dayse de; SILVA, Marcos da, (ORG). *Novos Contornos no Espaço Social: gênero, geração e etnia.* (pp. 7-22). Rio de Janeiro: UERJ, NAP, 1999.

VITALE, Maria Amália F. Famílias monoparentais: indagações. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo , v.23,n.71 , p.45-62, set. 2002.

ZAMBERLAM, Cristina de Oliveira . *Os novos paradigmas da família contemporânea: uma perspectiva interdisciplinar.* Rio de Janeiro (RJ): Renovar, 2001.

ZAMBRANA, Elizabeth. Mesa: Psicologia, sexualidade, novas configurações familiares e aspectos legais da promoção de direitos. In: *Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos/* Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2011.

WALL, Karin; LOBO, Cristina. Famílias monoparentais em Portugal. *Análise Social*, v.35 (150), 1999, 123-145.

APÊNDICE A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Meu nome é Juliana Ried e estou desenvolvendo, junto ao Curso de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina a pesquisa de mestrado **CONFIGURAÇÕES FAMILIARES CONTEMPORÂNEAS: SIGNIFICAÇÕES DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS MASCULINAS**, com o objetivo investigar as significações atribuídas à família por pais/homens frente às vivências cotidianas engendradas nos cuidados afetivos, domésticos e educacionais em contextos monoparentais. Em meio às representativas mudanças nas configurações familiares nos dois últimos séculos, a monoparentalidade é uma configuração crescente demograficamente e principalmente representada pelo feminino. Já no que diz respeito à monoparentalidade masculina, representada por pais /homens que coabite com seus filhos/filhas, sem cônjuge, além da menor representação numérica, é menos contemplada pelas pesquisas.

A fim de contemplar a presente pesquisa farei uma entrevista com você e realizarei perguntas sobre as suas relações familiares no contexto da monoparentalidade. Estarei gravando a entrevista, que posteriormente ficará guardada em local seguro e acessível apenas à pesquisadora Juliana Ried e sua orientadora Profa Dra. Maria Juracy Filgueiras Toneli. Se você tiver alguma dúvida em relação ao estudo ou não quiser mais fazer parte do mesmo, pode entrar em contato pelo telefone 48 32341354. Se você estiver de acordo em participar, posso assegurar que as informações fornecidas serão confidenciais e só serão utilizadas neste trabalho.

Assinaturas:

Pesquisador

principal

Pesquisador

responsável

Eu, _____, fui esclarecido sobre a pesquisa **CONFIGURAÇÕES FAMILIARES CONTEMPORÂNEAS: SIGNIFICAÇÕES DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS MASCULINAS** e concordo que meus dados sejam utilizados na realização da mesma.

(local e data)

Assinatura: _____ RG: _____

APÊNDICE B

Roteiro de entrevista

Idade _____

Escolaridade _____

Profissão _____

Filhos/filhas e idade: _____

- 1) A compreensão do entrevistado sobre família(s).
 - a) o que entende por família,
 - b) como percebe a sua família e seu entendimento sobre monoparentalidade.

- 2) Como se configura a família de origem do pai (percepções sobre a família de origem do homem/pai, aspectos sócio-econômico-culturais).

- 3) Razões pelas quais sua família atual se configurou como monoparental. Contar um pouco dessa trajetória.

- 4) Como acontece a organização da rotina da família na realização das atividades implicadas com o cuidado do(s)/ da(s) filho(s)/filha(s)? (atividades que realiza engendradas com os cuidados afetivos, domésticos e educacionais no contexto da monoparentalidade). Descrever um dia padrão da família.

- 5) Rede de pessoas envolvidas no cotidiano da família nas atividades de cuidado com os/as filhos/as. (participação - ou não - de redes de apoio e/ou de outras mulheres).

- 6) Situações, caso haja, em que foi preciso o auxílio de alguém do sexo oposto ao do filho ou filha. (abarcando dificuldades possíveis em virtude da configuração familiar monoparental, e das questões de gênero).

- 7) Descrever a relação com o/a(s) filho(s) e filha(s). (percepções de pai/cuidador nessa relação/ facilidades/dificuldades)

- 8) Expectativas do pai em relação à sua família e aos seus afazeres junto aos filhos/as. (como é - e foi-, como gostaria que fosse e o que acha que será)

9) Vantagens e desvantagens da configuração familiar monoparental masculina. (aspectos percebidos pelo homem/pai, como positivos e/ou negativos nesta configuração familiar).

10) Outras questões pertinentes em relação à monoparentalidade. (Questões que o entrevistado avalie como pertinentes em narrar à pesquisadora). Ex. A significação que denota ao ser pai na monoparentalidade./ Conhece outros pais monoparentais?

ANEXO I



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão
Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

CERTIFICADO Nº 715

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina, instituído pela PORTARIA N.º 0584 GR.99 de 04 de novembro de 1999, com base nas normas para a constituição e funcionamento do CEPSH, considerando o contido no Regimento Interno do CEPSH, **CERTIFICA** que os procedimentos que envolvem seres humanos no projeto de pesquisa abaixo especificado estão de acordo com os princípios éticos estabelecidos pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP.

* APROVADO

PROCESSO: 715

FR: 330632

TÍTULO: CONFEDERAÇÕES FAMILIARES CONTEMPORÂNEAS: SIGNIFICAÇÕES DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS MASCULINAS

AUTOR: Maria Jurecy Fátima de Tosti, Juliana Bied

FLORIANÓPOLIS, 26 de Abril de 2010

Coordenador do CEPSH/UFSC